

ABRAÃO FILIPE MARQUES DE OLIVEIRA

**CORPOREIDADES NEGRAS, INFÂNCIA E ESTÉTICAS DA
DIFERENÇA: ATRAVESSAMENTOS DE RAÇA E GÊNERO NA
MIDIATIZAÇÃO DO CASO DA CRIANÇA DE SÃO MATEUS**

Viçosa - MG

Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UFV

2022

ABRAÃO FILIPE MARQUES DE OLIVEIRA

**CORPOREIDADES NEGRAS, INFÂNCIA E ESTÉTICAS DA
DIFERENÇA: ATRAVESSAMENTOS DE RAÇA E GÊNERO NA
MIDIATIZAÇÃO DO CASO DA CRIANÇA DE SÃO MATEUS**

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal de Viçosa, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Simone Euclides (DPE/UFV)

Co-orientador: Prof. Dr. Rennan Lanna Mafra (DCM/UFV)

Viçosa - MG

Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UFV

2022



Universidade Federal de Viçosa
Departamento de Comunicação Social
Curso de Comunicação Social - Jornalismo

Monografia intitulada *Corporeidades negras, infância e estéticas da diferença: atravessamentos de raça e gênero na midiatização do caso da criança de São Mateus*, de autoria do estudante Abraão Filipe Marques de Oliveira, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof^ª. Dr^ª. Maria Simone Euclides – Orientadora
Curso de Pedagogia da UFV

Prof. Dr. Rennan Lanna Mafra – Co-orientador
Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UFV

Prof^ª. Dr^ª. Mariana Ramalho Procópio Xavier
Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UFV

Prof^ª. Dr^ª. Heloísa Raimunda Herneck
Curso de Pedagogia da UFV

Viçosa, 16 de dezembro de 2022.

*Para a minha avó Iracilda
Em memória e em celebração
À sua vida, com suas dores e amores.*

*Sua existência ainda pulsa em mim,
em cada célula do meu corpo,
ofertando
Esperança.*

Vó, eu consigo te escutar...

AGRADECIMENTOS

*depois da morte lenta
o amor deve limpar a casa
escolher quais memórias manter
e quais deixar ir
dar à cada lamentação
um ouvido para ouvir
um coração para descansar
para que nenhuma alma se esqueça
da eternidade de desejo que a espera.*

bell hooks¹

*agora peço a meu corpo
que me mostre como seguir
daqui pra frente*

*sinto que
estou pronta*

Ryane Leão²

Transformações. Ciclos. Encontros e Despedidas. Em meios a tantos prazos apertados, cansaços e instabilidades, eu preciso vir aqui agradecer. Porque esse TCC é obra de muitas mãos. Se não fossem as muitas pessoas que me acompanharam, eu jamais teria conseguido chegar até aqui e realizar esse sonho. Por isso, sou só gratidão: imensa e inenarrável!

De princípio, agradeço à minha Fé. É ela que me move, sustenta, alimenta e direciona. Bem aqui no fundo, eu sinto e sei: Deus nunca me abandonou.

Agradeço aos meus pais Eliseu e Vanuza, por todo cuidado. Pai e Mãe, obrigado por me incentivarem a estudar, ler e explorar o mundo. Por darem sempre o melhor ao alcance de vocês para acolher essa criança e me possibilitar trilhar o meu próprio caminho.

Aos meus avós (in memoriam) Aryolinda, Cazuzza, Iracilda e Florisvaldo – que, sem pisar numa universidade, me ensinaram lições para toda a vida. Lições de honestidade, perseverança e retidão.

Agradeço aos demais familiares por todo suporte, assistência e orações. Aqueles que torcem pelo meu sucesso e liberdade. Agradeço, em especial, ao meu tio Edson, minha tia Lena, tia Sandra, tia Lô, tia Cátia e meus primos-irmãos Kaio Fábio e Walasce Junior.

¹ Em “When Angels Speak of Love” (2011), seu terceiro livro de poemas; trecho traduzido por viníciux da silva.

² No seu livro “Jamais peço desculpas por me derramar” (2019), p.126.

À minha família em Viçosa: meus amigos Felipe, Mafê, Renata e Vitória. Estar ao lado de vocês, todo dia, subindo e descendo a reta, na loucura da rotina do curso, foi ordinariamente extraordinário. Juntos, partilhamos coffees-breaks pela UFV, trabalhos, B.O.s, mas principalmente sonhos e projetos de futuro. Também agradeço aos amigos Lucas Zini (Pão), Julinha, Matheus e Enya. Sou imensamente grato por encontrar vocês na minha caminhada e pelas trocas, nestes cinco anos!

À Maria Fernanda, minha melhor amiga: obrigado por tudo. Você é o meu Sol! Obrigado por nunca soltar minha mão e por ofertar amor, cuidado e acolhimento sempre que eu precisei. Eu jamais teria chegado aqui se não fosse por/com você. Todo agradecimento será pouco diante da imensidão de carinho que você me cobre, todos os dias. Sua ética, inteligência, sabedoria e amorosidade são um espelho. Eu te amo, Mafê! Eu te amo muito.

Agradeço à professora Maria Simone, por todo carinho na orientação, pela escuta e por me dar a oportunidade de desenvolver um trabalho tão bonito e potente. Quantos aprendizados inesquecíveis, ao seu lado. Máximo respeito e admiração. Você me pediu para avoar; e eu prometo que buscarei atender seu pedido. Sua existência me inspira e solariza!

Ao querido Rennan, sou grato pela sensibilidade com meus territórios mais sagrados e por me acompanhar respeitosamente, desde 2018. Em plena pandemia, você nos preparou com paciência e demonstrou que a Diferença, mais do que dimensão de estudo, é compromisso com a vida inteira. Que a pesquisa se faz com, no e pelo(s) corpo(s). Obrigado por cada ensinamento (que extrapolam em muito a sala de aula e os encontros de orientação), pelas trocas e por me dar a chance de me reconectar com os meus desejos.

Agradeço às professoras Mariana Procópio e Heloísa Herneck por terem aceitado dialogar com meu trabalho, de maneira tão honesta, humana, transparente e sensível. Obrigado, Mariana, por todo acolhimento – seja na sala de aula ou nos espaços de representação institucional. Jamais vou esquecer de seus gestos de generosidade comigo. Te considero uma companheira de luta e de sonhos partilhados! E Heloísa, te encontrar na caminhada foi incrível, profundamente marcante, alguém por quem eu nutro admiração e estima (tanto pessoal, quanto intelectual). Uma grande parceira na jornada.

Agradeço a todos os colegas que Viçosa me deu, dentro e fora do curso. No Cajor e nos projetos do Departamento – colaborando para o meu crescimento afetivo, profissional e humano.

Ao Colegiado do Departamento de Comunicação Social (DCM).

Aos técnicos e funcionários do DCM pela generosidade.

A todas as professoras e professores que, um dia, passaram pelo meu caminho.

Às amigas e amigos de minha cidade São Mateus.

Quando eu cheguei aqui em Viçosa, em 2018, ao lado da minha mãe, rumo a uma terra que nunca havia pisado antes e para buscar um diploma que era dispensável para o exercício da profissão, chovia muito. Prenúncio de uma nova estação em minha vida, que iria desaguar (em) meu corpo por inteiro.

Por isso, minha gratidão ao querido Tulho por nos dar abrigo, naquele dia, e por compartilhar dicas cuidadosas que me seguiram durante toda a graduação.

Além disso, agradeço e abraço os aprendizados e encontros bonitos que tive com as irmãs e irmãos da ABU Viçosa, da Assembleia de Deus Madureira em Viçosa, da Assembleia de Deus em São Mateus e com as queridas companheiras e companheiros do Movimento Negro Evangélico do Espírito Santo (MNE-ES).

À psicóloga Ana Clara, que me acompanha desde março de 2021 (no meio do caos da pandemia) e me ajudou a reencontrar caminhos de cura, compondo paisagens vivas que me relembram o descanso de só ser.

Aos servidores da Câmara Municipal de Viçosa e da Escola do Legislativo (local onde estagiei por último) – sobretudo, aos meus amigos Layla e Pedro, e Maju e Melina. Vocês me deram a chance de experimentar o presente de uma amizade singular, estável, aconchegante e leve, naquele ambiente. Fui muito transformado/acolhido por esse contato com vocês.

Agradeço à UFV – a mais linda do Brasil – por cada momento inesquecível. Em especial, à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PCD) pelo auxílio alimentação e pela moradia no Alojamento, nos últimos meses (valeu, 2212!). Um apoio crucial para eu conseguir finalizar o ano com o mínimo de estabilidade para concluir esse curso.

Agradeço a todes aqueles que arregaçam as mangas por um país menos injusto e desigual: sou fruto das políticas públicas sonhadas por essa gente valente que *constrói a manhã desejada*.

Aos que não mencionei, por displicência, tenha certeza que guardarei aqui no coração: se sinta abraçado. Inclusive, escrever esses agradecimentos é uma tarefa difícil, pois jamais fará justiça à colaboração de todas as pessoas que passaram por minha trajetória.

Quando eu era criança, queria me jogar no mundo da Comunicação. Hoje me formo como jornalista e comunicólogo, pesquisador em comunicação. Sei que ainda tenho muito a conquistar... mas estou no caminho. Na trilha dos meus sonhos. E isso me enche de alegria.

Por agora, olho para um horizonte cinza – que, na poesia de Mateus Aleluia, me evoca transformações, reinvenções coloridas, afagos e aberturas existenciais. Eu me lanço: *vamos celebrar, o amor há de renascer das cinzas!*

RESUMO

Durante a pandemia da Covid-19, um caso emergiu: uma menina de dez anos de idade, moradora de São Mateus, após ser estuprada desde os seis anos, foi engravidada pelo tio. Apesar de autorizado pela Justiça, o acesso dela ao procedimento para interromper a gestação foi dificultado, forçando seu deslocamento até Recife. Esse acontecimento, envolvendo a existência de uma criança negra que vivia em contexto familiar de pobreza, passou a circular midiaticamente a partir de agosto de 2020 e foi atravessado por inúmeras contradições, marcadas por exposição de seus dados nas redes, constrangimento público na porta do hospital e articulação para forçá-la a não retirar o feto. Portanto, tomando a midiaticização deste caso como fenômeno empírico central, o presente trabalho tem como objetivo compreender de que modo as dimensões de raça e de gênero atravessaram a postura do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) – um órgão do Estado ligado ao Poder Público Federal –, no que tange a esse fato, a partir de uma abordagem metodológica inspirada no paradigma indiciário de Braga (2008) e no procedimento estético de Gumbrecht (2010a).

Por fim, a partir do tensionamento entre os indícios levantados e os fundamentos teóricos (hooks, 2019; Nunes, 2022; Arendt, 2007; Gumbrecht, 2014; Braga, 2011; Sodré, 2014), foi possível produzir inferências sobre o quadro reflexivo do trabalho, analisando como os agentes do Ministério prescrevem uma visão de vigilância dos corpos, fixando a menina num lugar de subalternidade e mobilizando um conjunto de discursos e ações que estabelece uma visão racista e sexista (Gonzalez, 1988) sobre o corpo da criança de São Mateus. Assim, opera-se para a manutenção da institucionalização do controle dos direitos reprodutivos de mulheres e meninas negras – uma lógica que evoca ao período pós-escravidão, contexto em que a reprodução de mulheres negras e indígenas é controlada. Concluimos que o Estado, através das práticas e discursos do MMFDH, colaborou para perpetuar culturas de dominação, incentivando o racismo capitalista cisheteropatriarcal, ao demonstrar preocupação apenas com o feto e se desresponsabilizar com a menina viva que estava ali, com seu corpo, tendo sua existência, mais uma vez, sendo desumanizada e vilipendiada.

PALAVRAS-CHAVE: *Midiaticização, infância, interseccionalidade, estéticas da diferença, justiça reprodutiva.*

ABSTRACT

During the covid-19 pandemic, a case emerged: a ten years old girl, São Mateus resident, after being raped, since she was six years old, became pregnant by yours uncle. Her access to the abortion procedure was to interrupt the gestation was hampered, although it was authorized by justice, which forced her to move to Recife. This event, involving a black child existence that lived in a context of family poverty, circulated in the media, as of august 2020, and it crossed countless contradictions, marked by exposure data on the social networks, public embarrassment in front of the hospital a and with a joint to force her don't miscarry. Therefore, taking the mediatization this case as empirical phenomenon, this work has as goal understand how racial and gender dimensions cross the Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) position – this is a part linked to public power federal –, in about this fact, as of a methodological approach inspired in the evidences paradigm of Braga (2008) and the aesthetic procedure of Gumbrecht (2010a).

Finally, from tensioning among the evidences found and the theoretical fundamentals (hooks, 2019; Nunes, 2022; Arendt, 2007; Gumbrecht, 2014; Braga, 2011; Sodré, 2014), it was possible to produce inferences about the reflexive board this work, analyzing how agents of the ministry prescribed a vigilance view over this bodies, putting the girl in a subalternity place and mobilizing a set of speeches and actions the establish a racist and sexist vision (Gonzales) in the body of São Mateus girl. So, for the manutention of the institutionalization of the control of black women and girls reproductives rights works a logic that evokes the period after slavery, context which the reproduction of black and indigenous women was controlled. We conclude the State, thought of MMFDH actions and speeches, collaborated to perpetuate domination cultures, incentivizing the capitalist racism cisheteropatriarchal, when it demonstrated worry only about the fetus and disclaimed responsibility itself, with the live girl that was there, with her body, having her existence, once again, dehumanized and vilified.

KEY-WORDS: mediatization, childhood, intersectionality, aesthetics of difference, reproductive justice.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
De onde nasce esta pesquisa: lugares de enunciação e agências em prol de um diálogo interseccional sobre direitos reprodutivos e infâncias negras	13
Caminhos da pesquisa: apresentação do tema, do fenômeno empírico e objetivos	17
Percursos metodológicos	21
CAPÍTULO 1 – FEMINISMOS NEGROS: UMA LEITURA DA SOCIEDADE	24
1.1. O pensamento de bell hooks	24
1.2. A construção da subalternização em torno da identidade feminina negra: negras mulheres em movimento	25
1.3. Diálogos em torno da noção de Justiça Reprodutiva	27
CAPÍTULO 2 – INFÂNCIAS NEGRAS: CRIANÇAS, VIOLÊNCIA E AMOR	33
2.1. Infância(s), Modernidade e Progresso	33
2.2. Sobre crianças negras escravizadas no Brasil	36
2.3. A presença das crianças na obra de hooks: um projeto amoroso	38
CAPÍTULO 3 – COMUNICAÇÃO E POLÍTICA: MUNDO COMUM, ESTÉTICAS DA DIFERENÇA E MEDIATEZADO	41
3.1. Aparência(s) e latência(s) frente às diferenças nos contextos afetados pelo projeto moderno	41
3.2. O fenômeno da mediação e as infâncias latentes: narrativas em disputa	45
CAPÍTULO 4 – “ENTÃO MINHA LUTA É CONSPIRAÇÃO? ENTÃO NÃO EXISTE ESTUPRO DE CRIANÇAS?”: análises e discussão dos resultados	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	62

INTRODUÇÃO

Para abrir esta monografia, cujo objetivo será apresentar e discutir como formas de violência às diferenças podem ser apreendidas comunicacionalmente, peço licença para citar a íntegra do Relato Narrativo-Conceitual, produzido por mim em 11 de agosto de 2021 e apresentado como atividade avaliativa da disciplina de “Comunicação e Política”, ministrada pelo professor Rennan Mafra (co-orientador desta pesquisa), entre julho e outubro de 2021:

Aparência, mundo comum, espaço público, diferença, existências... essas palavras ficam orbitando em minha cabeça na busca por um mínimo tom de coerência a este relato. Encontrar um fio que ligue minhas divagações àquilo que se propõe é, realmente, um desafio: as discussões feitas nas últimas semanas (no item 1 da primeira unidade, trabalhada na sala de aula “virtual”) me transformaram profundamente. Alguns conceitos eu já tinha encontrado antes da disciplina, mas recordá-los, aprofundá-los, perceber novas nuances e aplicações foi muito perturbador (em todos os sentidos)... Revisitando minhas anotações (tanto em papel, quanto no bloco de notas do computador), encontro o seguinte:

>>>> Hoje foi a primeira aula de exposição do conteúdo da Unidade 1 da disciplina COM401... Fritei bastante, por uma série de motivos... Enquanto Rennan falava sobre o projeto político-democrático proposto pela Hannah Arendt, em oposição ao projeto de barbárie do totalitarismo, pensei em tanta coisa... É tão doido como a categoria de humanidade não está dada, batida o martelo. Ela está sempre em disputa. A dignidade humana não é um status cristalizado. O que fazem algumas pessoas, instituições e, sobretudo, os movimentos sociais é tentar alargar essa ideia de democracia, em que os cidadãos (os “dignos de voz, voto, participação, atuação” — ou, como diria Arendt, possíveis de aparecer no espaço público) são apenas uma minoria, uma elite, um grupo abastado. O espaço público está sempre em construção, em disputa. A democracia não está dada, muito menos pronta. Ela não é uma condição plena, como muitos querem nos fazer acreditar... Um Estado que garante direitos não é nosso ponto de chegada, mas sim de partida. Até um tempo atrás, os indígenas não tinham “alma”, os negros não eram nem “humanos”; e ainda hoje os corpos trans não têm direito nem ao nome (um elemento básico de existência). Quem tem o direito de existir? Quem são os passíveis de existir, os reféns da precariedade? É uma discussão profunda e complexa. Em plena pandemia então, essas vulnerabilidades ficam ainda mais expostas (sobretudo numa atmosfera de polarização, de atrofiamento democrático, de desatualização das diferenças — como a que temos suportado nos últimos meses). Todas

essas fritações me levam longe... Angela Davis tem uma frase que diz: "A liberdade é uma luta constante". Semana passada, quando saiu o Show ao vivo do Emicida na quinta-feira, uma frase dele ficou na minha cabeça. Enquanto cantava a música "Pantera Negra", o artista bradou: "Pra que a gente saiba que a liberdade não é permanente. A gente sempre teve que lutar por ela, e a gente vai continuar lutando por ela que nem um trator. Sai da frente." Enfim, eu acho que, após essa aula, esse é o sentimento que fica no meu coração: lutemos pela vida, pela dignidade, para que todes, todas, todos tenham plenamente o direito à existência! "Com a garra, razão e frieza, mano / Se a barra é pesada, a certeza é voltar / Tipo Pantera Negra (eu voltei!) / Tipo Pantera Negra!" (Emicida – Música Pantera negra - Ao Vivo) >>>>> Quarta-feira, 21 de julho de 2021, 15h29, em frente ao computador (com a tendinite e bursite gritando de dor).

Me espanto: eu escrevi tudo isso após a primeira aula?! Quem foi o autor dessas palavras? Não pude reconhecer meu próprio olhar, diante das coisas, diante do mundo. E, mais do que isso: diante de mim mesmo, da minha própria experiência. Onde começa a aula? Onde termina? Quanto um teste avaliativo de narração das minhas percepções toca minhas experiências anteriores e futuras? Que atravessamentos são esses? Onde passa pelo meu cotidiano (que dá tessitura para a realidade material da existência – que é minha, mas é feita sempre com o Outro, entre coletividades, em interação com as múltiplas vidas que acontecem ao mesmo tempo, na cidade)? Não sei. Vejo os rabiscos, percorre as linhas do caderno, acesso às memórias, olho para minha rua, as crianças brincando, as senhoras sentadas na porta... Percebo como em três semanas, eu mudei. Um jovem de 22 anos, filho único, homem bissexual (que acabou de se “assumir” para os pais – influências de Arendt, talvez?!) negro de pele clara que nasceu, cresceu e participa de uma comunidade pentecostal e mora na periferia de São Mateus, no Espírito Santo. Uma identidade em formação. Sempre em movimento. Porém, real! Como afirma Telles (1990), com base no projeto filosófico de Hannah Arendt, “a realidade do mundo só pode se manifestar ‘de maneira real e fidedigna’ quando as coisas podem ser vistas por muitas pessoas, numa variedade de aspectos [...]. Portanto, não existe uma verdade fora daquilo que aparece enquanto visibilidade e aparência” (p.4). Essa vida privada que pede visibilidade e, dessa forma, forja justamente o que chamamos de espaço público. Vale dizer que esse espaço público (também chamado espaço político), se dá no contexto do aparecimento, da visibilidade, em que a vida privada tem condição de se conectar com a experiência pública. Só assim, é possível a emergência de um mundo comum, a imaginação de um mundo possível, construído pela ação e pelo discurso

dos humanos – e, por isso, um "artefato humano". Aqui, nos fones, estou ouvindo alguns versos que me tocam: “Há um vilarejo ali / Onde areja um vento bom / Na varanda, quem descansa / Vê o horizonte deitar no chão / Pra acalmar o coração / Lá o mundo tem razão / Terra de heróis, lares de mãe / Paraíso se mudou para lá / Por cima das casas, cal / Frutos em qualquer quintal / Peitos fartos, filhos fortes / Sonho semeando o mundo real / Toda gente cabe lá”... Quiçá, esse mundo há de nascer — ou melhor, há de ser construído, por nós, humanos. Afinal de contas, “[o] mundo é sempre o produto do homem, ‘um produto do amor mundi do homem’, e precisa daqueles que começam, dos recém-chegados, e dos que ainda sabem o que significa agir e podem pensar o que estamos fazendo” (Magalhães, 2009, p.12). Assumamos o nosso mundo!

De onde nasce esta pesquisa: lugares de enunciação e agências em prol de um diálogo interseccional sobre direitos reprodutivos e infâncias negras

Neste subtópico introdutório, tomei a liberdade de assentar algumas dimensões importantes sobre a presente monografia – embora já informo à leitora e ao leitor que, de certa maneira, o tom pessoal irá se diluir, com o decorrer dos demais capítulos do trabalho.

“Falar é existir absolutamente para o outro”. É o que afirma Franz Fanon, em “Pele Negra, Máscaras Brancas” (p.33, 2008). A primeira vez que ouvi essa frase (e me marcou profundamente) foi através da jornalista e pesquisadora Etiene Martins, durante a Mesa *Olhares antirracistas na cobertura da mídia brasileira: conjuntura, barreiras e perspectivas*, na programação da Terceira Jornada de Comunicação e Política: Mídia Antirracista e Negritude no Brasil³.

Nesse sentido, quando eu me proponho, aqui, a escrever, estou projetando uma voz – já que falar é “assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização” (Fanon, 2008, p.33). Ou seja, estou ocupando um lugar no mundo, diante do outro, em meio às inúmeras relações que nos atravessam.

Mais do que isso, conforme nos encoraja bell hooks (2019), quando me levanto para dizer, erguer a minha voz, estou fazendo a passagem do silêncio para a fala, um movimento de cura e renovação, a despeito de todas as barreiras que visualizo diante de mim ao fazer esse gesto – convocando os nossos, “pessoas de grupos oprimidos e explorados que lutam para romper silêncios, a encontrar e/ou celebrar o alcance da própria voz” (hooks, 2019, p.20).

Portanto, faço questão de me apresentar: celebrar a minha voz. Me definir em meus próprios termos. Localizar de onde eu venho e situar alguns marcadores que atravessam o meu corpo ao escrever este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Sou *abraão filipe Oliveira*, um jovem negro de pele clara que, atualmente, se identifica como um homem cis, de orientação bissexual. Nasci em 1999, na cidade de São Mateus, no norte do Espírito Santo. Sou filho único de uma família de classe média e sempre estudei em escola pública. Cresci em uma comunidade evangélico-pentecostal (como o meu nome pode apontar) e, por isso, minha formação é fortemente marcada pela orientação religiosa judaico-euro-cristã. Das margens da Avenida Cricaré (rua onde moro há nove anos

³ Evento organizado pelo Centro Acadêmico Rodolfo Walsh (Cajor), entidade representativa e mobilizadora de estudantes de Comunicação Social/Jornalismo da UFV, ocorrido entre os dias 25 e 26 de maio de 2022, e do qual fiz parte da Comissão Organizadora ao lado de outras/os estudantes da UFV.

com meus pais, na periferia da minha cidade natal), posso afirmar: São Mateus é resistência preta, quilombola e indígena.

É o segundo município mais antigo do estado, está entre os sete mais populosos e também é considerado o símbolo do processo de colonização do solo capixaba. Devido ao intenso fluxo de africanos escravizados e comercializados no Porto situado à margem do seu rio Cricaré, São Mateus é marcada pela forte presença da população negra/afrodescendente que resiste e insiste, cotidianamente, no habitar desse território (Dealdina, 2020).

Foi o Porto de São Mateus a porta de entrada de Zacimba Gaba: princesa guerreira do reino de Cabinda, em Angola, na África, que após ser sequestrada e aprisionada, veio forçada para o Brasil na condição de escrava. Durante anos, foi cruelmente castigada por não se submeter ao senhor da fazenda. Após um longo período de intensa violência, traçou um plano de fuga e vingança. Conseguiu, aos poucos, envenenar seus torturadores e, ao lado de outros que também resistiam à condição de escravidão, liderou a fundação do primeiro quilombo de que se tem notícias na região do Sapê do Norte – onde, ainda hoje, diversas comunidades de remanescentes quilombolas lutam pela posse definitiva de suas terras, como afirma Selma Dealdina (2020). Zacimba passou o resto da vida libertando pessoas escravizadas em solos capixabas, atacando as embarcações que atracavam no Espírito Santo e morreu como uma princesa guerreira, invadindo um navio para libertar seu povo (Garcia, 2018; Arraes, 2017).

É importante fazer esses registros, pois o lugar em que nasci e cresci só recebeu o nome do santo padroeiro “Mateus” a partir do processo de colonização de nosso território (por parte dos europeus), por meio de genocídio dos povos indígenas existentes. Afinal, como afirma Abdias do Nascimento, “o Brasil é um país dos índios, construído por negros em benefício de brancos”.

Além disso, assim como boa parte dos brasileiros, nesse país racista e com uma construção embranquecedora de incentivo à miscigenação, sei muito pouco sobre minha ascendência, principalmente sobre a presença africana e indígena entre os familiares de minha árvore genealógica.

Minha avó paterna Iracilda Ferraz de Oliveira (1946-2017) é a ascendente que informa o tom de minha pele negra: ela é a ancestral que me nutre de força, vigor e desejo por liberdade. Resgatar sua memória é um convite à reinvenção do meu corpo, no presente.

Minha vó Iracilda, em vida, sofreu inúmeras formas de violência, abuso, silenciamento e desumanização. Nesses 23 anos de vida, testemunhei as tentativas de colocá-la sobre o rótulo de ser uma pessoa dorminhoca, indisposta, fracassada, que não entrega as coisas e não faz nada direito, incapaz de realizar. Hoje, quando olho para sua vida, percebo que seu maior

gesto foi justamente negar tudo que se esperava dela. Se recusando a entrar na lógica dócil do sistema, negando a expectativa de ser mais uma dona de casa bela, recatada e do lar que cumpriria com excelência todo o check-list esperado, eu vejo que seu maior triunfo foi celebrar a impossibilidade de ser identificada, desvendada, catalogada. Seus mistérios eram tantos, e ela os mobilizava com grande sapiência. E, assim, ela afirmou a própria potência de ser. A beleza infinita do seu existir. Infinitamente insondável.

Desde criança, cresci com minha mãe contando que, quando eu nasci, depois de três dias de trabalho de parto, ela tomou um susto. Sua expectativa era ver uma criança branquinha, de cabelos loiros e olhos verdes, igual à das capas da revista “Mamãe Bebê”. Contudo, sua reação foi outra: “Esse menino é preto igual Iracilda!”.

Fui crescendo e passando por um caminho marcado por privilégios (por me identificar como homem cis e pela maior possibilidade de mobilidade em função da cor da pele, na escala pigmentocrática), mas também vivenciando silenciamentos, desumanizações e condição de não-lugar para a afirmação de minha própria identidade.

Por isso, se “a minha pele preta é o meu manto de coragem”, como canta Linn da Quebrada, é vestido desta trajetória que me aproximo dessa encruzilhada que é a interseccionalidade⁴ (Akotirene, 2019) em busca de propor este estudo em Comunicação que toca como o racismo produz processos de sofrimento para as pessoas negras, ainda mais para as mulheres e meninas negras; enxergando, assim, como as dinâmicas de opressão (de raça, gênero, sexualidade, classe, territorialidade, pertença religiosa, entre outros marcadores) estão interligadas no cotidiano de todas as nossas relações sociais, no Brasil.

Com muita responsabilidade, considerando as questões éticas imbricadas, este trabalho busca dialogar com o legado político e intelectual construído historicamente pelas mulheres negras, a fim de discutir sobre os direitos reprodutivos e as infâncias negras, junto ao campo científico comunicacional, a partir de um caso que é tão delicado e sensível – que chegou até mim, num domingo de agosto, em pleno isolamento físico devido à Covid-19.

As camadas de violência que recobrem o ocorrido são inúmeras. E a voz dessa criança parecia nos pedir urgência para a violência ser contada, narrada – e, mais do que isso,

⁴ “Tal conceito é uma sensibilidade analítica, pensada por feministas negras cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, a rigor, focado nos homens negros. Surge da crítica feminista negra às leis antidiscriminação subscrita às vítimas do racismo patriarcal. Como conceito da teoria crítica de raça, foi cunhado pela intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw, mas, após a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, em Durban, na África do Sul, em 2001, conquistou popularidade acadêmica, passando do significado originalmente proposto aos perigos do esvaziamento. A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais.” (Akotirene, 2019, p.14)

escutada. Nossa proposta aqui é falar *com*⁵. Falar com essa menina (sujeita de pesquisa deste trabalho), falar com as vozes teóricas mobilizadas e demais interlocutoras/es envolvidas/os.

Acreditamos que é possível nos responsabilizarmos por uma realidade como a do tema de nossa pesquisa, sem que se reproduza as violências que ela sofreu, muito pelo contrário (com todas as insuficiências dessa intenção) revelar os movimentos de sofrimento aos quais ela foi subjugada, a fim de caminhar para a promoção da justiça social.

À medida que pesquisávamos, é como se o caso nos convocasse a olhar também pela ótica dos feminismos negros – um conjunto de saberes, práticas e elaborações produzido por mulheres negras, às quais eu, homem negro de pele clara cisgênero, me coloco ao lado – para lançar luz sobre esse caso e, de certa forma, propor todo um outro projeto de sociedade.

Em minha vivência, o encontro com os feminismo negros tem sido profundamente transformador e reparador de minha subjetividade, uma experiência viva, sentida pessoalmente em meu cotidiano. Como apontou Alex Ratts⁶, “é um exercício de interagir com suas vozes [das mulheres negras], sem tentar sobrepô-las ou substituí-las (o que tem sido habitual numa sociedade racista e sexista)”.

Ademais, aproveito para afirmar que este trabalho não busca ser definitivo sobre o tema em questão, nem esgotar em si mesmo. Fazer pesquisa é um processo, um percurso não-linear e bastante desafiador. Este texto não nasce do vazio. É um repositório que reúne muitas águas: passadas, presentes e futuras. É um acúmulo de experiências, encontros (e também desencontros) afetivos, travessias, deslocamentos, aprendizados (dentro e fora da Universidade), jornadas pedagógicas, leituras e transformações – muitas das quais, inclusive, nem são capazes de serem capturadas por esse texto. Chego aqui, neste ponto transitório de minha caminhada, com um novo corpo. Esse trabalho, com suas limitações e possíveis incoerências (aos quais me responsabilizo), é um início de uma trajetória: de uma agenda de estudo/pesquisa e de uma forma de viver. É falar dos/com os meus, é falar de quem eu sou, no desejo de seguir vivendo e recriando minha própria existência: (re)existir. Por isso, escrever esse TCC é afirmar que sobrevivi a inúmeras formas de violências e, mais do que isso: eu estou vivo! Minha escrita-corpo-palavra é uma afirmação da vida.

⁵ Seguindo a trilha de Da Silva e do nascimento (2022, p.381, grifos do autor), “assumimos aqui, então, uma postura de *pensar com* ao invés de *pensar sobre* invocado por hooks, ao longo de sua obra. O exercício do *pensamento com* recupera uma tradição africana do conhecimento (MARTINS, 2003; 2021) e valoriza o papel do corpo e dos afetos na produção de um conhecimento dialógico e crítico.”

⁶ Trecho adaptado do artigo: <https://www.geledes.org.br/a-trajetoria-intelectual-ativista-de-beatriz-nascimento/>.

Caminhos da pesquisa: apresentação do tema, do fenômeno empírico e objetivos

De acordo com Winnie Bueno, “no Brasil, o feminismo negro tem um ponto de partida que converge muito com tópicos que recentemente tomaram conta do debate público: a saúde reprodutiva de mulheres”⁷. Por isso, visitar a produção intelectual realizada por mulheres negras se apresenta como um esforço importante para compreender a mediação do caso da criança de São Mateus – caso este que nos afetou profundamente, desde sua emergência.

Desde já é importante contextualizarmos o acontecimento em questão, que é o cerne deste trabalho. Durante o período de isolamento social em decorrência da pandemia da Covid-19, um caso emergiu: uma menina de dez anos de idade, moradora de São Mateus, no norte do estado do Espírito Santo, após ser estuprada desde os seis anos, foi engravidada pelo tio, de 33 anos, que a ameaçava para manter em silêncio sobre os abusos. É preciso localizar também que estamos dizendo de uma criança negra e que vivia em contexto familiar de pobreza⁸.

A gestação foi interrompida com autorização da Justiça, após toda a repercussão e mobilização popular. Mas esse direito lhe é negado, diante da recusa dos hospitais de São Mateus e da capital Vitória. Por isso, a criança foi deslocada para o Nordeste, mais especificamente para um hospital de referência em Recife, no estado de Pernambuco, onde foi realizada a retirada do feto, no dia 17 de agosto de 2020, uma segunda-feira. Os procedimentos, porém, tiveram início ainda no domingo, 16 de agosto, pelo calendário cristão-ocidental.

Esse acontecimento ganhou a mediação a partir de agosto de 2020 e foi atravessado por muitas contradições. Em frente ao hospital (no meio da pandemia, ainda sem vacinação), ativistas pró-Dameres e pró-Bolsonaro, comandados por Sara Giromini (conhecida como Sara

⁷ Artigo de opinião publicado em julho deste ano, na Gama. Disponível em: <https://gamarevista.uol.com.br/colunistas/winnie-bueno/lutemos-como-nossas-ancestrais/>.

⁸ Segundo as informações apuradas pela jornalista Carla Jiménez, conforme matéria disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-16/menina-de-10-anos-violentada-fara-aborto-legal-sob-alarde-de-conservadores-a-porta-do-hospital.html?rel=mas#&rel=listaapoyo>). Sobre a situação da criança, ela afirma ainda que “[s]ua mãe foi embora, o pai está preso, e o tio que a estuprou, e é procurado agora pela polícia, é um ex-presidiário. A avó, porém, é identificada como alguém bastante responsável com a educação da menina. Só não estava por perto dela quando tinha de trabalhar [como ambulante].” Em outra publicação, a mesma jornalista diz que a menina é “órfã de mãe e que seu pai está preso. Ela mora com os avós, vendedores ambulantes, ‘em situação de vulnerabilidade social’”. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-18/policia-prende-tio-indiciado-por-estupro-e-gravidez-de-menina-de-10-anos-que-estava-foragido.html#?rel=mas>. O tio foi preso na mesma semana, na madrugada de terça-feira (18 de agosto) e foi condenado a 44 anos de prisão, em março de 2021 (<https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2021/03/04/tio-que-estuprou-e-engravidou-sobrinha-de-10-anos-e-condenado-a-44-anos-de-prisao.ghtml>).

Winter), acionaram muitas redes de grupos de WhatsApp, expondo seus dados pessoais na internet e o endereço do hospital. Ao mesmo tempo, grupos em defesa dos direitos da criança e de acesso ao aborto legal emergiram como dimensões dessa experiência pública midiaticizada pandêmica. Nos meses seguintes, outros desdobramentos e reverberações ainda continuaram circulando em torno do caso.

Aqui, é indispensável mencionar que a presente monografia é um desdobramento do Projeto de Iniciação Científica “Estéticas e discursos de uma pandemia midiaticizada II: a Covid-19 e as diferenças no/do contemporâneo”⁹. Esta pesquisa, que culminou no trabalho “*Infância, estéticas da diferença e midiaticização: po(est)éticas em torno do caso da criança de São Mateus*”, teve como objetivo compreender fenômenos que ocorreram durante a pandemia da Covid-19 e revelaram modos pelos quais as diferenças aparecem nos contextos contemporâneos e, no mesmo lance, os constituem – e, por isso, tomamos o acontecimento em questão como fenômeno empírico central do trabalho.

Desde o início, as questões que chamavam nossa atenção eram: quem pensou na vida dessa criança, em seu corpo que foi violentado? Quem olhou, escutou e se abriu para essa diferença? Nesse sentido, nos interessou analisar como esse quadro foi atravessado por inúmeras tensões e projetos ético-políticos em disputa, a partir da emergência dessa diferença, que é a existência da menina em seu direito ao aborto legal, sobretudo em um quadro marcado pelos atravessamentos midiáticos.

Por meio de um procedimento metodológico qualitativo que, na pesquisa, chamamos de “análise po(est)ética pendular” — combinando um conjunto de repertórios formado pela po-ética feminista negra, desenvolvida por Denise Ferreira da Silva (2019), pelo paradigma ético-estético-político-existencial intuitivo, proposto por Gumbrecht (2010a, 2016), e pela abordagem afetiva, elucidada por Moriceau (2019) — fomos motivados a olhar para esse cenário, entre as materialidades comunicativas que ressoaram no campo de pesquisa, em busca de compreender o movimento pendular da midiaticização desse caso e como esse movimento em torno da criança evidenciava uma infância em disputa.

A partir disso, nas análises, identificamos três movimentos: (1) o desejo social pela criminalização severa do tio que estuprou a criança, por uma lógica punitivista e desumanizadora; (2) uma preocupação simplista com o futuro do feto, informada pela

⁹ Realizado no âmbito do Diz – Grupo de Pesquisa em Discursos e Estéticas da Diferença (vinculado ao Departamento de Comunicação Social da UFV e co-liderado pelos docentes Rennan Lanna Martins Mafra e Mariana Ramalho Procópio Xavier), sob a orientação do professor Rennan e com duração de setembro de 2021 a agosto de 2022, por meio do Edital PIBIC-UFV 2021-2022, financiado pelo CNPq. A pesquisa também contou com a participação da estudante voluntária Maria Fernanda de Oliveira Ruas, fundamental nessa jornada.

ideologia do progresso; (3) e a própria expressão do movimento pendular, na lógica da midiáticação. Como conclusões, foi possível perceber que essas forças (atravessamentos que puxam para um lado e para o outro) revelam a impossibilidade da criança aparecer enquanto diferença nesse contexto, colocando o corpo e a voz da menina em estado de clandestinidade (tornados latentes¹⁰), nos fluxos informacionais entre o público e o privado, das redes para as ruas, em plena pandemia, vulnerabilizando consideravelmente a existência da criança de São Mateus.

É oportuno também pontuar que essa não é uma realidade isolada. De acordo com informações apuradas pela Agência Pública, levando em conta os últimos dez anos, São Mateus registra em média quase um parto a cada mês de meninas de até 14 anos¹¹.

Além disso, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública¹² (divulgados em outubro de 2021), o crime mais praticado contra crianças e adolescentes no Brasil é o estupro (56,6% das ocorrências registradas pelas secretarias estaduais de segurança pública). A maioria dos crimes acontece nas próprias casas e quase 90% dos criminosos são pessoas conhecidas. O levantamento indica que a pandemia de Covid-19 foi um fator de risco para crianças e adolescentes, pois houve uma média de 136 novas ocorrências a cada dia, na comparação com o mesmo período de 2020. O índice (marcado pela subnotificação) é de 36 mil casos de estupros por ano, sendo as vítimas, na grande maioria (85%), do sexo feminino e jovens negras (51,6%).

Por fim, o quadro da problemática aponta que são poucas as meninas que conseguem ter acesso ao aborto (um direito legal¹³), tendo que manter a gravidez resultado de estupro. Só em 2018, 58 meninas de até 14 anos deixaram de abortar, por dia, no País¹⁴.

¹⁰ Categoria que iremos elucidar melhor mais à frente, no Capítulo 3.

¹¹ Reportagem disponível em:

<https://apublica.org/2020/08/sao-mateus-registra-em-media-um-parto-de-menina-de-ate-14-anos-a-cada-mes/>.

¹² O Relatório pode ser consultado em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-15/>.

¹³ Direito que, no Brasil, é permitido em três casos. De acordo com o artigo 128 do Decreto Lei nº 2.848, de 07 de Dezembro de 1940 (Código Penal), o aborto é considerado legal [1º] quando a gravidez é resultado de abuso sexual ou [2º] quando põe em risco a saúde da mulher (conferir em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm).

Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu que também é permitido interromper a gestação quando o feto é anencéfalo, ou seja, quando se percebe que não possui cérebro. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 54, decisão final produzida no processo judicial que tramitou no STF, está disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=3707334>.

Mais informações podem ser encontradas na cartilha do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública do Estado de São Paulo; disponível em:

http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Aborto_Legal.pdf.

¹⁴ Conforme dados do Ministério da Saúde, só em 2018, 21.172 crianças com idade entre 10 e 14 anos deram à luz. Desse total, 15.851 eram meninas negras (74,87%). Disponível em:

<https://www.ufjf.br/ladem/2020/08/21/barreiras-ao-aborto-legal-mais-de-20-mil-meninas-mantem-gravidez-resultado-de-estupro-por-ano-no-brasil/>.

Na referida pesquisa não foi abordada uma análise do caso tendo como perspectiva a dimensão interseccional de gênero, raça e saúde reprodutiva de mulheres negras – um conjunto de aspectos que buscamos explorar, agora, na presente monografia.

Inclusive, discutir essa temática social e buscar tensioná-la, cientificamente, é de extrema relevância para o campo comunicacional, pois como apontou a professora e pesquisadora Fernanda Carrera (2021, p.6):

Os espaços midiáticos, assim como os ambientes interacionais e de conversação, constantemente colocados sob os holofotes das pesquisas em Comunicação, são lugares emblemáticos para o debate sobre matrizes de opressão e dinâmicas discriminatórias. Reduzidos muitas vezes a depreciações de sentido e de importância, relegados a uma suposta futilidade que se atribui às atividades recreativas, esses espaços estão dominados pelas mesmas estruturas simbólicas e materiais que subjuguem indivíduos marginalizados e perpetuam de forma violenta suas impossibilidades sociais. É por meio desses lugares que são postas em circulação imagens e são construídos, por conseguinte, imaginários; sendo assim, é necessário lembrar que “longe de serem neutras ou simplesmente estéticas, as imagens têm sido uma das principais armas para reforçar e combater a opressão social” (BENJAMIN, 2019, p. 102-103).

A proposta da pensadora, sobre a qual pretendemos nos aprofundar em oportunidades futuras, é desenvolver uma reflexão teórica, analítica e metodológica e operacionalizar uma “uma ferramenta discursivo-operacional” que seja capaz de “identificar os rastros da interseccionalidade nas diversas expressões e experiências comunicacionais, sem perder de vista, é claro, sua motivação elementar: a reivindicação pela dignidade” (p.6)¹⁵.

Sendo assim, este trabalho de conclusão de curso teve como objetivo fazer uma revisão bibliográfica, ancorada nas contribuições teóricas dos feminismos negros, a fim de analisar e localizar ético-politicamente, por meio do paradigma indiciário, como o caso foi atravessado midiaticamente pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), um órgão do Estado. Objetivamente, esta pesquisa teve, como questão central: *De que modo a dimensão de raça e gênero atravessa os fluxos midiáticos relacionados ao MMFDH no que tange ao caso da criança de São Mateus?*

A monografia está dividida em quatro capítulos, além desta Introdução e das Considerações Finais.

O primeiro capítulo resgata o arcabouço teórico dos feminismos negros, esboçando como a categoria de “culturas de dominação” (proposta por bell hooks) e a noção de “Justiça Reprodutiva” (mobilizada trabalhada politicamente pela ONG Criola) podem ser chaves

¹⁵ Em um movimento muito parecido ao de Laura Guimarães Corrêa, Pâmela Guimarães-Silva, Mayra Bernardes e Lucianna Furtado, autoras do artigo “Entre o interacional e o interseccional: Contribuições teórico-conceituais das intelectuais negras para pensar a comunicação” (2018) – gesto este que nos parece ainda ser pioneiro no campo científico comunicacional.

importantes para analisar politicamente o acontecimento e revelar a presença do racismo capitalista cisheteropatriarcal em nossa sociedade.

O segundo capítulo apresenta como se deu o processo histórico de formação da ideia de infância, na Modernidade, e como a emergência dessa dimensão culmina para a invisibilização de outras formas de infância, entre as quais as infâncias negras; para, em seguida, fazer uma breve discussão sobre como os processos de escravização afetaram os projetos políticos relacionados à(s) infância(s), no Brasil. Ademais, finalizamos a seção discorrendo sobre o projeto de infância proposto por bell hooks, para identificar como o conceito de cultura de dominação emerge, na obra da autora, de maneira atravessada com a discussão de infâncias, em seus contextos social, histórico e político.

Já o terceiro capítulo – após uma abertura com relato pessoal que diz de nossa trajetória afetiva – vai apresentar os referenciais teóricos da Comunicação, articulando como as noções de “aparência”, “latência” e “mundo comum” dialogam para observar (sob uma visada estética) as múltiplas formas de violência em relação às diferenças que ocorrem nos contextos políticos contemporâneos afetados pelo projeto moderno – como é o caso das relações que se desenham na sociedade brasileira, território de nossa pesquisa. Além disso, definimos o fenômeno contemporâneo da midiaticização e abordamos como a “ideologia do progresso” também opera nos contextos midiaticizados contemporâneos para invisibilizar outras formas de infância não-hegemônicas, tais como as infâncias negras.

O quarto capítulo apresenta, por fim, as análises, tensionando os indícios levantados com os fundamentos teóricos, a fim de produzir inferências num quadro reflexivo que aponta para o contexto da saúde reprodutiva de mulheres e meninas negras (cis e trans) no Brasil.

Percursos metodológicos

Ainda aqui, nesta Introdução, aproveitamos para apresentar os itinerários metodológicos que trilhamos na/pela presente pesquisa – baseados, principalmente, no paradigma indiciário de Braga (2008) e no procedimento estético de Gumbrecht (2010a).

No texto “Comunicação, disciplina indiciária”, José Luiz Braga (2008) faz uma reflexão epistemológica sobre a pesquisa comunicacional, a fim de “examinar algumas questões conceituais e/ou metodológicas” (p.74) sobre quando os estudos de nosso campo assumem essa perspectiva baseada no paradigma indiciário, proposta por Carlo Ginzburg (1989).

Seu intuito é dar conta da complexidade dos fenômenos comunicacionais, ao mesmo tempo em que faz o esforço de “desentranhar” o objeto propriamente comunicacional, numa construção sobre as questões pertinentes para a Comunicação, enquanto ciência.

Por isso, o autor propõe que, nos processos sociais interacionais, ocorra uma busca de indícios, observando e levantando vestígios relacionados à situação empírica; para, a partir disso, produzir um tensionamento mútuo entre teoria e objeto empírico para um esforço reflexivo – ou seja, articulando e problematizando o fenômeno em estudo a partir dos fundamentos teóricos, para a elaboração de inferências.

De acordo com Braga (2008),

[...] o indiciário não corresponde a privilegiar exclusivamente o empírico. A base do paradigma não é colher e descrever indícios – mas selecionar e organizar para fazer inferências. Uma perspectiva empirista ficaria apenas na acumulação de informações e dados a respeito do objeto singular. Diversamente, o paradigma indiciário implica fazer proposições de ordem geral a partir dos dados singulares obtidos. (p. 78)

Dessa forma, a pesquisa ganha um caráter interpretativo-qualitativo. Não é uma pesquisa que vai buscar generalizações, a partir de amostras de quantidades, nem uma universalização dos dados; mas sim se propor a analisar o fenômeno empírico, a partir da verificação do quanto esse caso pode dizer de outras realidades, por intermédio das reflexões produzidas – como é o caso da *metodologia* de nossa pesquisa.

Além disso, nosso *procedimento metodológico* se caracteriza por uma análise estética baseada na compreensão de Gumbrecht (2010a) de “materialidades da comunicação”. Este termo faz referência a uma linha de pensamento que considera que os elementos comunicacionais que emergem, interacionalmente, em determinada situação, têm/carregam dimensão material (ou seja, possuem dimensão de presença – reivindicando um tempo e um espaço), capaz de afetar os corpos envolvidos naquele contexto relacional (entre humanos e não-humanos).

De acordo com Mafra (2022), essa

matriz epistemológica seguida pelo intelectual alemão [Hans Gumbrecht] guia-se pela proposta de se buscar uma relação (inclusive uma relação acadêmico-científica) com as coisas do mundo não apenas a partir de um gesto de interpretação, mas também a partir de um gesto de presença, naquilo que ele define como a busca por conceitos não-hermenêuticos. Nesse lugar, o autor, que inicialmente aventurava-se pelo campo da teoria literária, flerta e acaba também dialogando ousada e criativamente com as Humanidades, sendo lido, especialmente, pelos campos da história, das artes, da filosofia e da comunicação (p.104).

Gumbrecht (2010a) afirma que uma materialidade da comunicação é um tipo de produto, de suporte/mídia, de textualidade que produz efeitos de presença e efeitos de sentido. O que significa dizer que nossa análise aqui não será necessariamente hermenêutica, pois não

busca unicamente interpretar os sentidos. De outro modo, as análises deste trabalho vêm de uma forma de presença, ou seja, do modo como esse sentido emergiu, apareceu e se apresentou para mim, em relação ao fenômeno empírico em questão.

O que apareceu nesse material nos afetou, causou desconforto existencial, produzindo presença sobre nós, sobre nossos corpos – especificamente no meu lugar social e político de homem negro cis bissexual, enquanto morador, desde o nascimento, da cidade de São Mateus e estudante de Comunicação Social/Jornalismo da UFV, interessado em questões ligadas à diferença e injustiça social. E é com (e a partir de) esse lugar social que produzimos nossas interpretações.

Assim, pensando na presença, não apenas no sentido, nos debruçamos sobre os elementos que emergiram durante a mediação deste caso e olhamos para esses produtos como materialidades da comunicação, buscando encontrar, nesse feixe de vestígios ressoantes, um conjunto de indícios (Braga, 2008) capaz de se articular aos nossos referenciais teóricos e produzir inferências sobre a realidade social em questão – um contexto em que crianças e adolescentes brasileiras sofrem abusos, são vítimas de violência sexual e, além de engravidarem de seus estupradores, são impedidas de terem acesso aos seus direitos legais, vulnerabilizando sobremaneira a existência de meninas negras.

CAPÍTULO 1 – FEMINISMOS NEGROS: UMA LEITURA DA SOCIEDADE

1.1. O pensamento de bell hooks

“Devemos compreender que a nossa raiva (e ódio) é algo que vem de dentro de nós. Não é culpa das mulheres. É esta a atitude que a sociedade patriarcal nos encorajou a sentirmos em relação às mulheres. Quando finalmente nos confrontam com a realidade do feminismo, que ameaça o nosso poder e privilégios, as nossas defesas não escondem a nossa verdadeira raiva e transformam-nos com uma incrível violência. Temos de aceitar que esta raiva pertence-nos e é o caule do nosso ódio das mulheres. Eu sei que os homens dizem que realmente não odeiam as mulheres, que apenas as tratam injustamente devido à socialização (‘esses outros homens são violadores, não eu’). Isto pode ser uma desculpa ou uma não-verdade. Todos os homens odeiam as mulheres e até que sejamos responsáveis pelo nosso ódio pessoal, não seremos capazes para explorar seriamente as nossas emoções nem tratar as mulheres como seres humanos iguais.” (SCHEIN apud hooks, 2014, p.78)

“A atenção maior ao escrito de hooks se deu ao entendermos, ao longo dos encontros, o descompasso entre homens e mulheres negras na nossa diáspora, sendo este o maior desafio que se apresenta no que tange a pensar caminhos de autodeterminação e emancipação dessa população. Precisamos que os homens negros fiquem vivos e de pé ao nosso lado, para que a luta se faça de forma equilibrada, não cabendo a nós, mulheres negras, encamparmos essa luta sozinha. Portanto, precisamos desse homem negro como um soba protetor, consciente de que o princípio materno-centrado perpassa a ele em seu papel de pai, irmão, tio, avô, primo, filho, companheiro, amigo que também matrigesta outras potências. Porém, como criar nesse homem negro a compreensão de alicerce na luta das violências, promovidas sobre o corpo das mulheres pretas, que incidem diretamente nos seus próprios corpos? Como despertar o espírito de amor ao outro se, em si, o desamor já se fez morada?” (NJERI; RIBEIRO, 2019, p.603,604)

A escritora, professora, ativista e intelectual negra estadunidense bell hooks, na sua extensa e frutífera obra produzida em vida (1952-2021), cunhou um conceito — diretamente atrelado, vale pontuar, ao envolvimento de hooks, dentro e fora da academia, às movimentações políticas do feminismo negro — para definir a maneira como nossa sociedade está organizada: uma categoria sintetizada na expressão *"patriarcado capitalista supremacista branco imperialista"*.

Na visão de hooks, tal noção dá conta de analisar como os sistemas de dominação estão interligados, no caso de sociedades ocidentais fundadas historicamente no contexto da Modernidade e decorrentes dos processos de colonização, fazendo, assim, com que as dinâmicas de raça, gênero e classe se articulem e se atravessem, produzindo camadas de opressão sobre os corpos: “Em culturas ocidentais patriarcais capitalistas de supremacia branca, o pensamento neocolonial determina o tom de várias práticas culturais” (hooks, 2018, p. 58).

Essas “políticas de dominação”, como ela chama, fazem referência à “base ideológica que eles [os sistemas] compartilham, que é uma crença nas noções de superioridade e inferioridade, componentes de todos esses sistemas” (hooks, 2019, p.355), advinda de uma base ideológica que é informada pelo dualismo metafísico ocidental (binarismo bem x mau) que desprivilegia os sentimentos e o corpo, em relação à razão (hooks, 2019). Neste caso, situamos esse dualismo entre pessoas não-negras e negras, numa relação de hierarquia marcada pelo racismo.

Ela afirma:

Em uma cultura de dominação, todo mundo é socializado para enxergar violência como meio aceitável de controle social. Grupos dominantes mantêm poder através da ameaça (aceita ou não) de que castigo abusivo, físico ou psicológico, será usado sempre que estruturas hierárquicas em exercício forem ameaçadas, quer seja em um relacionamento homem-mulher, quer seja na conexão entre pais ou mães e crianças. (hooks, 2018, p.76)

Essa dimensão entrelaçada do patriarcado, supremacia branca e capitalismo – que, como afirmamos, se dá a partir da análise da realidade singular experienciada pelas mulheres negras – ressoa bastante com a ideia de “interseccionalidade” (ainda que hooks não utilize tal nomenclatura). A interseccionalidade é uma chave teórico-analítico-metodológica que surge da produção intelectual de outras feministas negras, tais como Lélia Gonzalez, Angela Davis, Patricia Hill Collins, Kimberlé Crenshaw, Sueli Carneiro e Carla Akotirene. Enquanto categoria, ao mesmo tempo, teórica, analítica e metodológica, nos ajuda a enegrecer as múltiplas formas de dominação entre gênero, raça e classe (Akotirene, 2019) que existem na sociedade.

Vale destacar, aqui, que fizemos a escolha de privilegiar a contribuição da obra de hooks – entre as inúmeras pensadoras dos feminismos negros brasileiros e estadunidenses –, por enxergarmos que, diante de nossas condições de pesquisa, as categorias propostas por ela nos possibilitaram um quadro potente, capaz de tensionar nosso contexto de trabalho e produzir análises sobre o fenômeno empírico central.

1.2. A construção da subalternização em torno da identidade feminina negra: negras mulheres em movimento

Na obra “E eu não sou uma mulher?” (2014), a partir da experiência afroestadunidense com a história da escravidão e pós-escravidão, bell hooks discute a experiência das mulheres negras no feminismo ocidental e descreve como a desvalorização contínua da(s)

mulheridade(s) negra(s) faz parte da construção histórica de um lugar de precariedade, reduzindo seus corpos à sexualização e ao trabalho braçal, desumanizadas enquanto pessoas em sua dignidade existencial, apontando como o estupro fazia parte do cotidiano escravocrata¹⁶.

Sendo assim, por mais que homens negros também tenham sofrido grandes violações e as mulheres brancas fossem impedidas de certos direitos políticos, o corpo da mulher negra era duplamente violentado: por decorrência do racismo (que não recaía sobre as mulheres brancas) e do patriarcado (que permitiu com que os homens negros acessassem um maior bem estar e a vida social, bem antes de suas parceiras negras). Portanto, a interseção desses dois fatores impõe uma condição ainda mais desumana e vulnerável.

De partida, é preciso afirmar que a identidade da mulher negra não é uma essência, como afirmou Jurema Werneck (2009):

As mulheres negras não existem. Ou, falando de outra forma: as mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos. Ao afirmar estas heterogeneidades, destaco a diversidade de temporalidades, visões de mundo, experiências, formas de representação, que são constitutivas do modo como nos apresentamos e somos vistas ao longo dos séculos da experiência diaspórica ocidental. [...] Na formação e expansão desta diáspora, as articulações empreendidas tinham e têm como âncora principal a luta contra a violência do aniquilamento – racista, heterossexista e eurocêntrico – com vistas a garantir nossa participação ativa no agenciamento das condições de vida para nós mesmas e para o grupo maior a que nos vinculamos. Articulações que se desenvolveram apesar (e a partir) das ambigüidades e limitações de identidades fundadas em atributos externos impostos pelo olhar dominador, de forte marca fenotípica (visual) e cuja amplitude de aniquilamento estende-se ao genocídio e ao epistemicídio. (p.151,152)

Ou seja, é o racismo capitalista cisheteropatriarcal (hook, 2019), enquanto matriz de dominação fundada na inscrição moderno-colonial sobre o nosso território, que marca a emergência dessa forma de definição, nas trajetórias individuais e coletivas, que é tomada por aquelas que se identificam com as mulheridades negras não como “vítimas passíveis da compaixão branca” (Akotirene, 2019, p.64), desprovidas de ação, mas como forma de agência política e resistência para lutar em prol de melhores condições de existência:

Sabemos que tem sido a partir de condições profundamente desvantajosas em diferentes esferas que nós mulheres negras desenvolvemos nossas estratégias cotidianas de disputa com os diferentes segmentos sociais em torno de possibilidades de (auto) definição. Ou seja, de representação a partir de nossos próprios termos, a partir do que projetamos nos novos horizontes de luta. Estratégias que devem ser capazes de recolocar e valorizar nosso papel de agentes importantes na constituição do tecido social e de projetos de transformação.

¹⁶ Uma reflexão ampla, complexa e robusta como essa também é desenvolvida por Angela Davis, no capítulo 11, intitulado “Estupro, racismo e o mito do estuprador negro”, de sua obra “Mulheres, raça e classe” (2016).

As ações de posicionamento cultural desenvolvidas pelas mulheres negras tiveram e têm como base a atualização seletiva de elementos da tradição afro-brasileira e de diferentes modelos que conferiam à mulher negra o poder de liderança e de agenciamentos. (Werneck, 2009, p.160,161)

Ademais, é oportuno pontuar o quanto é insurgente quando mulheres negras se afirmam intelectualmente, tal como afirmam Oliveira e Euclides (2022, p.405):

apresentar a intelectualidade de mulheres negras irrompe com a tradição e o imaginário intelectual branco e cisgênero, na medida em que é entendido como um espaço por excelência criado e ocupado por homens brancos. Enquanto o Outro duplicado (KILOMBA, 2019), mulheres negras, do período de escravização moderna aos tempos do hoje, foram tidas como corpos sem mentes, intelectualidade, criatividade, criticidade e episteme, perpassando a construção de um imaginário tácito, que dá sentido à reprodução da subalternidade da mulher negra. Isso se dá, devido a que, na dinâmica ocidental, a intelectualidade não abarca a existência de mulheres negras, pois se a negritude é colocada no âmbito da natureza, afastada da cultura, por consequência, não seria capaz de qualquer reflexão e criticidade pelo seu caráter selvagem/bárbaro. Significa que esses corpos e mentes precisam e devem ser controlados. Assim, quem é da natureza, não é da cultura; e quem não é da cultura, não é humano, portanto, não tem aptidão para compor o ethos filosófico da mesma (hooks, 2014).

As mulheridades negras, portanto, são processos identitários que são disputados politicamente – que se constituem a fim de desestabilizar as formas de definição em torno da categoria *mulher*, “na direção de nomes próprios que garantam sua inserção em processos de transformação social que façam desaparecer o racismo, o heterossexismo e as violências que fazem parte de sua história e justificativa” (Werneck, 2009, p.152). Sendo, no caso dos movimentos feministas estadunidenses e latino-americanos, a identidade “mulher negra” enquanto uma construção de afirmação, resultado da auto-organização dessas mulheres, em busca do resgate da dignidade existencial e saúde plena (bem-estar, sobrevivência física, emocional, intelectual, espiritual).

1.3. Diálogos em torno da noção de Justiça Reprodutiva

No território brasileiro, o feminismo negro – com sua produção que se realizou não só pelo caminho acadêmico-intelectual, mas sobretudo em sua movimentação social e institucional em disputa por saúde plena, desde a década de 70 –, tem nos ofertado um potente legado, isto é, “um pensamento feminista negro que sustenta uma teoria e uma práxis, visando não só transformar efetivamente a vida das mulheres, mas a própria sociedade, na medida em que se assenta no enfrentamento de estruturas de poder: racismo, sexismo, divisão de classes e heterossexismo” (Cardoso, 2012, p.7).

Sendo assim, um percurso de reflexão parecido com o de hooks (2014) foi trilhado por Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, demonstrando as amarras entre o patriarcado, o racismo e o cissexismo, no contexto de formação cultural do nosso país, demonstrando a força da teoria feminista negra decorrente da ação política das mulheres negras na diáspora.

A ativista, professora, filósofa e antropóloga mineira Lélia Gonzalez afirma que o país se funda sobre o estupro das mulheres negras e indígenas e, cotidianamente, está reeditando esse imaginário social, a partir de práticas informadas pelo racismo e pelo sexismo (Gonzalez, 1988). Ao resgatar a produção da intelectual, na obra “Por um feminismo afro-latino-americano” (2020), as organizadoras do livro Flávia Rios e Márcia Lima afirmam:

Com essa formação complexa e mobilizando conceitos de áreas diversas, [Lélia Gonzalez] buscou a interpretação não apenas da sociedade brasileira, mas também da América Latina. Em muitos de seus textos, o tema da mulher negra é gatilho para se pensar as formas de dominação e as ideologias políticas que replicam representações coloniais, que produzem e reforçam desigualdades no cotidiano. Na compreensão de Gonzalez, ideologias nacionais como democracia racial e miscigenação se reproduziram por meio de discursos que naturalizariam a experiência da escravidão e seus efeitos deletérios sobre a sociedade capitalista. Nesse sentido, a autora reagia às formulações do pensamento social brasileiro que viam o mestiço como ponto positivo de nossa nacionalidade. Na contramão, ela explicava: “Na verdade, o grande contingente de brasileiros mestiços resultou de estupro, de violentação, de manipulação sexual da escrava. Por isso existem os preconceitos e os mitos relativos à mulher negra: de que ela é ‘mulher fácil’, de que é ‘boa de cama’ (mito da mulata) etc. e tal”. (p.10 e 11)

Portanto, a partir disso, podemos afirmar que o estupro da mulher negra e o terror sexual são aspectos estruturais e estruturantes da formação social do Brasil e da diáspora negra – temas ligados às maneiras como a natalidade foi tratada na escravidão e depois.

Durante o período escravagista, as mulheres negras eram incentivadas à natalidade, porque seriam colocadas no lugar de amas de leite, para alimentar as crianças brancas da Casa Grande. Então, a reprodutibilidade era mesmo incentivada. Nesse contexto, o aborto era uma forma de minimizar o sofrimento dessas mulheres, ao impedir que seus filhos vivessem sob o mesmo jugo da escravidão. O nascimento também era visto como expansão da mão de obra de trabalho, força produtiva, pois a visão que se tinha era de que aquela criança era uma mercadoria, que a qualquer momento poderia ser separado da mãe.

Já no pós-escravidão, com o mito da democracia racial, que visava o embranquecimento da população, o negro é visto como um problema a ser superado. Por isso a reprodução das mulheres passa a ser controlada, passa a ser desincentivada, como no caso das ações de esterilização dos corpos, como mencionaremos a seguir.

Se tomarmos a contribuição de Sueli Carneiro (2005), vamos identificar que o projeto de dominação que se estabelece nos contextos das colônias dos países da Europa, em

especial no território brasileiro, vai ter em conta a raça como principais norteadores de governabilidade sobre os corpos, vinculando a negritude a uma experiência que, nesse caso, vai produzir morte (nos termos de uma biopolítica ou biopoder¹⁷).

A partir da ideia de dispositivo de sexualidade elaborada por Foucault, Carneiro vai buscar compreender a dinâmica de poder que se desenha em nosso país e identifica a presença de um dispositivo de racialidade que, com seus ditos e não-ditos, opera sobre nossas relações sociais, produzindo uma realidade que faz com que o Ser viceje de um sistema supremacista, enquanto o Outro é colocado num lugar de subordinação racial (posição estática, impossibilitada de se movimentar, de existir, um privilégio assegurado aos brancos), inscrevendo o signo de morte sobre os corpos negros – uma lógica que produz um aniquilamento físico e intelectual (pelo epistemicídio), tal como revelou a pesquisa de Carneiro (2005), mas também emocional/psicológico/espiritual (Veiga, 2018); e simbólico/cultural, o que Muniz Sodré (2017) chama de “semicídio”.

Conforme afirma a pensadora:

Em nossa elaboração, entendemos que onde não há para o dispositivo de racialidade interesse de disciplinar, subordinar ou eleger o segmento subordinado da relação de poder construída pela racialidade, passa a atuar o biopoder como estratégia de eliminação do Outro indesejável. O biopoder aciona o dispositivo de racialidade para determinar quem deve morrer e quem deve viver.

Nesse sentido, o Brasil assistirá também, a partir do século XIX, a emergência de novos procedimentos de saúde pública, em que a racialidade intervirá introduzindo uma orientação eugenista corretora da presumida promiscuidade, sobretudo sexual, instaurada na escravidão. Articulam-se técnicas disciplinares a essa nova tecnologia de poder, com a originalidade de que elas exercem o poder de fazer viver e deixar morrer sem precisar institucionalizar a raça, mas dispondo de mecanismos capazes de alcançá-la onde quer que ela se esconda, para distribuir vida e morte. (Carneiro, 2005, p.76)

Sueli Carneiro (2005) vai apontar que o Movimento Feminista brasileiro, na década de 80, lançou luz para as altas taxas diárias de mulheres que morriam no parto, buscando entender como a morte materna, no Brasil, era “um exemplo clássico que se inscreve nessa categoria das mortes preveníveis e evitáveis” (p.79), muito acima da escala de óbitos aceitável, colocada pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Apesar das dificuldades de se fazer o recorte racial na categorização desses dados, Carneiro (2005) afirma que as

Condições biológicas aliadas às condições sociais desfavoráveis potencializam-se para inscrever as mulheres negras num círculo vicioso de incidência superior ao risco de morte materna. O descaso em relação à proteção ao parto é parte de uma

¹⁷ “Esse biopoder vem a atender os novos termos em que se expressa a soberania do lugar do poder, sobretudo no que ela institui sobre o poder soberano no que diz respeito à vida e à morte dos seus súditos.” (Carneiro, 2005, p.72)

dinâmica negativa em relação à racialidade negra que enreda as mulheres negras num círculo vicioso de violação sistemática de seus direitos reprodutivos. (p.81)

Um quadro que vai revelar a maneira como se dá a discriminação racial em hospitais e maternidades, públicos e privadas (expressão do racismo institucional), em inúmeras situações da conduta médica, tais como: uso de analgesia de parto, ausculta de batimentos cardíacos do feto, realização e qualidade do atendimento no pré-natal, permissão de acompanhante antes e depois do parto e o tratamento no momento do parto.

A conclusão do estudo é a existência de desigualdade no trato para com gestantes negras e brancas, expressa na menor atenção às parturientes negras. Ou seja, a presença do racismo na atenção à saúde como uma prática institucional que recai sobre as mulheres grávidas com menor escolaridade e de classes sociais mais baixas.

O que ocorre com as mulheres negras nesta questão? Oliveira identifica nesse tema uma superposição de problemas associados à reprodução e à racialidade. O fenômeno da alta incidência de esterilização nas mulheres brasileiras, em especial em mulheres negras (pretas e pardas) e o fato de que a histerectomias (a cirurgia de retirada do útero), ao contrário da esterilização (ligadura de trompas), sempre foi paga pelo SUS, (Sistema Único de Saúde), não se sabe se as mulheres negras estão mais esterilizadas por retirada de útero ou por ligadura de trompas. De qualquer forma, temos as duas técnicas operando de maneira desproporcional sobre as mulheres negras, resultando num processo de controle populacional da população negra, ou seja, aplicação de tecnologia de biopoder. [...] Mas Oliveira é enfática em declarar que negros morrem antes do tempo no Brasil em todas as faixas etárias, por causas preveníveis e evitáveis, portanto a mortalidade precoce dos negros desnuda o racismo na (des)atenção à saúde. Além do que, invisibilizar é uma velha e vitoriosa estratégia política sexista e racista. Portanto, eis, para ela, a explicação das dificuldades de pesquisadores da área biomédica e do aparelho formador da área de saúde em relação ao recorte racial/étnico na pesquisa e na assistência em saúde. (Carneiro, 2005, p.86,87)

Nesse cenário, é de extrema importância localizarmos a emergência da ONG Criola, enquanto um movimento social liderado por mulheres negras brasileiras, durante o período histórico das efervescentes conquistas políticas do feminismo negro em nosso país.

De acordo com a apresentação que consta em seu site institucional, “*Criola é uma organização da sociedade civil com 29 anos de trajetória na defesa e promoção dos direitos das mulheres negras e na construção de uma sociedade onde os valores de justiça, equidade e solidariedade são fundamentais. Nesse percurso, Criola reafirma que a ação transformadora das mulheres negras cis e trans é essencial para o Bem Viver de toda a sociedade brasileira.*”. Cujas missão da instituição é “*instrumentalizar as mulheres negras – jovens e adultas, cis e trans – para o enfrentamento ao racismo, sexismo, lesbofobia e transfobia. E*

ainda para atuar nos espaços públicos, na defesa e ampliação dos seus direitos, da democracia, da justiça e pelo Bem Viver”¹⁸.

Fundada em 1992 e conduzida por mulheres negras trans e cis, a organização foi criada para “enfrentar o racismo patriarcal cisheteronormativo, que ainda gera desigualdades e graves violações dos direitos das mulheres negras, em especial relacionadas à saúde sexual e reprodutiva”. A ONG é criada, portanto, para dar respostas para esse tipo de situação, buscando mobilizar, interseccionalmente, a ideia de Justiça Reprodutiva.

Segundo o Dossiê da Criola, publicado em 2020¹⁹,

a Justiça Reprodutiva é uma estratégia para pensarmos os exercícios do direito no campo da sexualidade e reprodução de forma mais ampla. Assim, a autonomia sobre os corpos só é possível quando as mulheres têm acesso aos recursos sociais, econômicos e políticos básicos, bem como suas famílias e comunidades. Não é possível falarmos sobre exercício de direitos reprodutivos dentro de um cenário de graves injustiças raciais e sociais (p. 64).

Além de englobar uma gama de garantias de direitos sexuais e reprodutivos, essa categoria nos permite pensar, brevemente, na problematização entre as fronteiras do público e do privado, em nosso contexto social.

A pensadora Rosane Borges (2019) vai explicar que essa divisão entre o público e o privado emerge, nos contextos moderno-ocidentalizados, com o advento da Revolução Francesa. Segundo ela, silenciosamente, num só lance, vai acabar por se instituir a divisão: público como o local dos homens e privado como o lugar das mulheres. Sendo a ideia de que o "público" é o objeto central de preocupação do Estado, reforçando papéis sexuais de gênero bem fixos e estabelecendo uma oposição entre homens políticos x mulheres domésticas (com papel decisivo na valorização da família).

Então, é essa divisão sexista informada pelo patriarcado que organiza tal lógica em que o corpo feminino ao mesmo tempo que é privado é também público, dentro de uma perspectiva de ser tutelado, vigiado, invadido e tomado como posse, propriedade, objetificado, achando-se nesse direito.

Além do Estado, outras pessoas também se sentem legitimadas a tornar dimensões privadas, públicas. Quando situamos as mulheres negras nesta situação é preciso reforçar o que Lélia Gonzalez (1988) já afirmou: que ser mulher negra, nesta sociedade, onde o racismo estrutural delimita e norteia lugares, papéis sociais, na tutela de gênero e raça, há uma forte vigilância da corporeidade destas mulheres.

¹⁸ Informações disponíveis em: <https://criola.org.br/quem-somos/>.

¹⁹ Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1eHGSM3DmKx1m9NbXEqrFBKROQnZgeoBx/vie>; conferir: <https://criola.org.br/criola-lanca-dossie-com-retrato-de-violacoes-de-direitos-das-mulheres-negras-e-impactos-na-saude-reprodutiva>.

Por isso, lutar por Justiça Reprodutiva, nessa perspectiva, é convocar o Estado a se responsabilizar com essa realidade de desigualdade histórica que atinge as mulheres e meninas (sobretudo negras), inclusive na desassistência de políticas públicas.

Este ano, 2022, foi lançado o Guia para jornalistas e comunicadores “*Cenário Brasileiro de Injustiça Reprodutiva Para Mulheres Negras e Meninas*”²⁰, pela Rede Feminista de Saúde, Portal Catarinas, Grupo Curumim e Anis – Instituto de Bioética e Direitos Humanos, com o apoio da ONG Criola. As quatro organizações criaram o Guia para facilitar o acesso e o entendimento de jornalistas e comunicadores aos dados sobre o acesso aos direitos sexuais e reprodutivos com recorte de raça/cor e faixa etária, desvelando os contextos em que ações de justiça reprodutiva não se realizam.

E o documento vai concluir o seguinte:

Nos estudos, fica explícita a urgência em se tratar a gravidez infantil e a violência contra meninas e mulheres, especialmente, as negras, como temas de saúde pública. Porém, há de se considerar o impacto não só em saúde, mas social dessas gravidezes e partos (desenvolvimento social, educacional, psicológico, econômico, nas oportunidades de vida e de saída da situação de vulnerabilidade etc.). Por isso, as autoras enfatizam as questões relacionadas à prevenção à violência sexual e ao abuso sexual infantil e a necessária e urgente atenção integral às meninas vítimas de violência sexual. (p.2)

Ademais, a recorrência dos casos de estupros, como apontam os dados apresentados na Introdução, evidencia elementos que envolvem a realidade diária de crianças e adolescentes violentadas. Por isso, na próxima seção, vamos desenvolver como o pensamento de bell hooks (ao mobilizar categorias que ressoam com as postuladas com outras intelectuais do feminismo negro) se relaciona com a ideia de “infâncias”, bem como sua proposta ético-política de justiça amorosa.

²⁰ Disponível em:

<https://www.redesaude.org.br/wp-content/uploads/2022/11/O-cenario-brasileiro-de-injustica-reprodutiva.pdf>.

CAPÍTULO 2 – INFÂNCIAS NEGRAS: CRIANÇAS, VIOLÊNCIA E AMOR

*“Cuide de sua cabeça, espiritual e psicologicamente, tenha momentos de lazer, crie espaços de diálogos, espaços de luta tem que ser de cura, aprenda com a cultura das crianças, é brincando que elas se expressam e isso pode nos ajudar. Roquinho de Belo Horizonte me ensinou: **a criança é a mãe do mundo**. E ele aprendeu com Lidia Hortélio.” (Hamilton Borges)²¹*

2.1. Infância(s), Modernidade e Progresso

Neste subtópico, vamos apresentar brevemente como se deu o processo histórico de formação da dimensão de infância, a partir da Modernidade (Hillesheim e Guareschi, 2007), e desenvolver como ela está relacionada com a noção nuclear burguesa de família (Ariès, 1981), bem como com a ideologia do progresso (Benjamin, 1987; Rangel, 2016), culminando para a invisibilização de outras formas de infância, entre as quais as infâncias negras (Nunes, 2022).²²

Segundo nos apresentam as autoras Hillesheim e Guareschi (2007):

A infância é uma invenção da Modernidade, sendo que sua possibilidade de emergência, conforme Ariès (1981), relaciona-se ao desenvolvimento da escrita e da escola, além de outros fatores, tais como o decréscimo da mortalidade infantil, a influência do cristianismo e as novas formas de vida familiar. (p.75).

E continuam:

Apesar de Ariès utilizar o termo “descoberta”, ao invés de “invenção”, os seus estudos não apontam para uma noção de uma infância como etapa natural da vida dos seres humanos que, repentinamente, passa a ser percebida e valorizada [...] (p.75).

Ao resgatarem a contribuição fundamental do historiador Philippe Ariès (um dos pioneiros no estudo do tema) e afirmarem a localização da emergência da categoria “infância” no contexto europeu dos séculos XVII e XVIII, as pensadoras vão problematizar uma ideia de infância única e universal. Elas até sugerem que o mais coerente seria nos referirmos às *infâncias* e não “*infância*” no singular, tendo em vista que é impossível apreender uma identidade fixa, um dado biológico ou uma natureza que seja essencialmente infantil.

²¹ Trecho escrito pelo professor, escritor, articulador cultural e militante histórico do movimento negro Hamilton Borges, em seu texto “Plano de Ação”, disponível em: <https://hamiltonborgesescritor.medium.com/plano-de-a%C3%A7%C3%A3o-36d0d1b6e861>. Grifo nosso.

²² Vale registrar que boa parte dessas reflexões se deram não só no âmbito dos encontros do Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica (já referido anteriormente), mas também com a contribuição das discussões feitas na disciplina EDU 337 – Infâncias, Filosofia e Cinema, ministrada pela professora Terezinha Duarte, do Departamento de Educação da UFV.

A origem da palavra vem do vocábulo latino “infantia”, que pode ser tanto “dificuldade ou incapacidade de falar, mudez; infância, meninice, primeira idade dos animais; o que é novo, novidade” (in/fantia+ae), quanto “in/fans+ántis”, representando o “que não fala; criança”, ou seja, sem voz (Donetto; Costa, 2012, p.149). De toda forma, é nítida como a ideia está ligada à ausência da capacidade de fala.

Essa etimologia nos mostra qual era a visão que se tinha dos infantes: como aquele que precisa ser tutelado, escolarizado (Ariès, 1981), emancipado pela razão conduzido ao esclarecimento, já que está numa condição de ausência de sua própria voz e, por isso, possui imaturidade para o uso da linguagem e da razão. É como se a ideia de ser criança fosse formada a partir do contrário do que é ser adulto, que passa a ser posto como ideal, tomando a infância como uma etapa a ser superada e a adultização como um processo indispensável (Nunes, 2022). Essas são as características principais que estruturam as infâncias nas sociedades ocidentalizadas, a partir do século XIX.

Ao lado da escola, outra instituição muito importante nessa discussão é a família, levando em conta que os estudos de Ariès (1981) também demonstram ser essa um arranjo recente, que vai se construindo com o advento da modernidade, representada pela família nuclear patriarcal burguesa heterossexual. Como afirmou bell hooks (2021), "a família nuclear patriarcal e privada é uma forma de organização social relativamente recente" (p.164), se colocarmos sua emergência, historicamente.

A família passa a se organizar, então, em núcleos menores, com um planejamento de forma que a dinâmica social gire em torno das crianças: depositárias do futuro. Por essa ótica, a criança passa a ser o centro dos investimentos daquele grupo familiar.

Esse modelo de organização proposto, no século XVIII, pela Modernidade, se caracteriza por ter o futuro como centro de suas preocupações. Daí a chave para discutirmos o progresso (Benjamin, 1987; Rangel, 2016) como base central do projeto social do Ocidente, impactando nossas relações sociais na contemporaneidade.

Como Mafra e Marques já têm desenvolvido, sobretudo nas reflexões ligadas aos contextos organizacionais (2019a; 2019b), a forma como as diferenças são tematizadas por inúmeras instituições no espaço público está imbricada diretamente à ideologia do progresso, uma categoria benjaminiana. Para os autores, nesse quadro latino-americano contemporâneo, as diferenças são mais do que desconsideradas: elas passam por um processo de desatualização, quando demandas pautadas por marcadores sociais da diferença (gênero, raça/etnia, sexualidades, classe, idade, território, religião, entre outros), seja de ordem coletiva

ou individual, são ignoradas, desmobilizadas. Segundo eles, o principal aspecto atravessador desse fenômeno é a reificação da ideologia do progresso.

De fato, nossos cotidianos são majoritariamente atravessados/conduzidos/ prescritos pelas organizações, âmbitos estes da vida social que se sustentam a partir de promessas, discursos de eficiência e autorrealização, estratégias de manutenção do equilíbrio, enfim: apostas da própria modernidade. (Marques; Mafra, 2019b, p.115)

No caso de nossa pesquisa, se tomarmos as infâncias negras (Nunes, 2022) enquanto diferença constituidora do espaço público contemporâneo, nós não estamos falando aqui apenas de um jogo identitário, mas de um arranjo interacional que, a partir desses posicionamentos, pode acolher ou vulnerabilizar existências. Assim, a emergência desses embates acontece em um palco que só é possível de ser montado em ambientes democráticos, conforme afirmam Mafra e Marques (2019b), quando sinalizam tal instância como imprescindível e externo aos muros impostos pelo ideal de universalização, fruto da modernidade e alicerçado na razão instrumental – podendo se abrir ou se fechar para as diferenças, um gesto que é intrinsecamente político para Arendt (2007), como desenvolveremos no próximo capítulo.

Em síntese, ao situar a definição de “progresso”, Marques e Mafra (2019a) apontam:

[...] ao mesmo tempo em que o intelectual alemão entusiasma-se com a potência do gesto histórico, ele desconfia profundamente das possibilidades de atualização nas atmosferas produzidas pela modernidade: para Benjamin (1987), a ideologia do progresso teria silenciado o caráter e a possibilidade da história. Tal ideologia se apresenta como a concretização incessante de uma “cadeia de eventos” catastróficos, guiados pela impressão equivocada de um aperfeiçoamento geral. Por isso, ao progresso importa somente o futuro - "olhar para frente" – uma vez que toma o passado como morto/encerrado/despontencializado, e o presente como um fragmento inevitável, mas restrito. Assim, o progresso vale-se da certeza: aposta todas as suas fichas num futuro, para o qual se justifica qualquer sacrifício presente. Retirando o sujeito do agora em direção a um esperado porvir (que nunca chega), o progresso torna-se justificativa hegemônica para qualquer ação social inscrita na modernidade, e acaba correspondendo a um movimento de homogeneização: ele se vale das semelhanças para instituir determinadas linhas de ação coletivas, que correspondem à padronização, à massificação, à acumulação, dentre outros elementos que possibilitam, aos processos modernizadores, manterem o foco de se apoderarem dos territórios do globo. (p.14,15)

Assim, trazer as reflexões de Nunes (2022) sobre adultização e a questão racial pode contribuir à discussão, pois, quando se fala em infância, de qual criança estamos falando? A visão hegemônica ocidental? Quais perspectivas de infâncias serão privilegiadas? Como serão narradas, do ponto de vista est-ético?

A autora afirma que, ao desnaturalizar os termos que orbitam em torno do tema da infância, é possível encará-la como uma categoria

criada na modernidade para atender determinados modelos sociais de compreensão do mundo e que pode, em alguma medida, não contemplar todas as experiências de

vida das crianças, inclusive dos/as bebês e das crianças negras. [...] Esta compreensão verticalizada das relações humanas nos impede de encontrar as crianças e de enxergá-las como pessoas. Se tomamos o racismo como uma lente para ler a sociedade brasileira, perceberíamos que, para os/as bebês e as crianças negras, esta situação é aumentada, já que além de não serem vistas como pessoas pelo adultocentrismo, o racismo também as desumaniza, produzindo imagens para as crianças negras que estão muito distantes do ideal de infância universal apreendido pelas sociedades ocidentais. Numa sociedade adultocêntrica, crescer é algo incentivado no discurso que os adultos empregam com as crianças, tornando esta ação algo almejado pelas crianças. [...] Mas, se pensamos nas crianças negras, que são tornadas invisíveis pelo racismo, percebemos que elas estão encerradas em possibilidades muito limitadas e limitantes de viver uma experiência de vida plena; ser criança não é ser alguém numa sociedade adultocêntrica e esse discurso, em diferentes medidas, alcança todas as crianças. A diferença que marca as crianças negras a partir da raça é que crescer, para elas, tampouco as alçaria a um lugar de reconhecimento de sua humanidade, pois as pessoas negras ainda não são vistas como pessoas. (Nunes, 2022, p.7)

E ela finaliza:

Os temas de gênero e raça desequilibram a noção que temos sobre infância, justamente por problematizar sua natureza. É por isso que precisamos refletir sobre a importância dos marcadores sociais da diferença para a vida das crianças – e aqui, especialmente, dos/as bebês e crianças negras – para, a partir desta reflexão, construirmos coletivamente com os movimentos sociais negros, estratégias para a superação do racismo e das demais formas de discriminação e intolerâncias correlatas que atravessa a vida das crianças. (Nunes, 2022, p.13)

Portanto, pensar as infâncias negras (sobretudo sua invisibilização) diz de um projeto de país que se constrói para negar a humanidade dessas crianças (discussão que voltaremos mais à frente), isto é, crianças que, em seus processos de socialização, foram estigmatizadas, estereotipadas, deslocadas de suas referências culturais – a fim de favorecer um projeto de construção de país, marcado pela desigualdade, pela estruturação de sistemas simbólicos de dominação (hooks, 2019) e por processos políticos tonalizados pela ideologia do progresso (Benjamin, 1987; Rangel, 2016).

2.2. Sobre crianças negras escravizadas no Brasil

Em meio às discussões sobre a emergência da infância na Modernidade, é importante abriremos uma breve observação sobre como os processos de escravização afetaram os projetos políticos relacionados à(s) infância(s) aqui no Brasil.

Se pensarmos no contexto fora da Europa e nos situarmos no território brasileiro, Caio Rocha (2021) vai localizar que o século XVI marca o início do tráfico negreiro e, por isso, as relações sociais que passam a se estabelecer aqui vão se dar sob a égide da lógica escravagista.

Baseando-se nos estudos de Kátia de Queirós Mattoso, Rocha (2021) vai dizer que “as crianças negras eram duplamente mudas e duplamente escravas, haja visto que mesmo o adulto era considerado criança pelo senhor, inferior perante a lei e catecúmeno para a Igreja” (p.25), ou seja, “as categorias de idade – infância, adolescência e vida adulta – eram iguais para os escravizados e para a população livre” (p.25).

A diferença era que a função social de cada faixa etária variava de acordo com a condição do indivíduo. Se fosse uma criança branca ou uma criança negra livre, o ingresso no mundo do trabalho poderia ser adiado, enquanto a criança escravizada, ao atingir os sete anos (a idade em que o indivíduo adquire a razão, segundo a Igreja, na época), não tinha essa opção e era inserido compulsoriamente a se tornar força de trabalho dos senhores (Rocha, 2021): “Nesta fase que as crianças negras se davam conta da condição de inferioridade em relação à criança branca [...]” (p.25), sendo, nesses processos de socialização (marcados pelo castigo físico, silenciamentos e toda forma de agressão e choques traumáticos violentos), a criança negra, “entendida como escravo em redução, diferenciava-se do escravo adulto apenas pela força e tamanho” (ROCHA, 2021, p.25).

Rocha finaliza destacando que, no que tange ao aspecto familiar, pouco se sabia a respeito dos pais dessa criança, sendo grande parte do universo feminino de meados do século XIX composto por mães escravas. Ele diz que “o filho da escrava era, em geral, uma criança com a mãe biológica ausente, pelo trabalho ou separação no nascimento: ‘assim, se no ato de seu nascimento o escravo é uma criança sem pai, a má sorte e má fortuna podem ainda torná-lo órfão, também, de mãe’ (MATTOSO, 1991)” (ROCHA, 2021, p.25).

É interessante resgatar também, ainda que pontualmente, o segundo capítulo da dissertação de mestrado da professora, historiadora e pesquisadora negra Silvana Santus (2013), “De Meninas Sem Modos, a Donzelas de Bons Costumes: Escravidão e Infância na Província Capixaba (1869-1888)”, em que ela discorre sobre a presença das crianças negras escravizadas logo cedo, no contexto do Espírito Santo, e como se deu os processos de socialização dessas meninas cativas, que, dentro do sistema escravista, eram enxergadas como mercadoria e, no pós-emancipação, foram forçadas a se encaixarem nos tratados morais de civilidade, como “donzelas de bons costumes” – processo este sempre com muita resistência por parte dessas crianças, vale, imprescindivelmente, mencionar.

2.3. A presença das crianças na obra de hooks: um projeto amoroso

bell hooks, em seu livro “O feminismo é para todo mundo”, faz a seguinte consideração:

Dentro de culturas de dominação patriarcal capitalista de supremacia branca, crianças não têm direitos. O movimento feminista foi o primeiro movimento por justiça social nesta sociedade a chamar a atenção para o fato de que nossa cultura não ama crianças, continua a enxergar crianças como propriedade do pai e da mãe, para que façam com elas o que bem entenderem. (hooks, 2018, p.85)

Durante o processo de investigação realizado no Projeto de Pesquisa desenvolvido na Iniciação Científica (mencionado anteriormente), à medida que íamos tomando contato com as materialidades comunicativas que emergiam e se formavam em torno da midiaticização do caso, sentimos uma demanda por discutir a questão da "infância" – o que, em nossas análises, chamamos de infâncias tornadas latentes²³. Isto é, percebemos que a criança, enquanto diferença, teve sua existência tornada latente (Gumbrecht, 2010b), colocada em condição de clandestinidade, durante o percurso midiático trilhado, comunicacionalmente, por ela.

Portanto, vale aqui, no escopo deste trabalho, resgatarmos as contribuições de bell hooks em diálogo com o tema, a fim de considerar uma perspectiva que humanize as infâncias, a partir de seu arcabouço teórico-analítico interseccional.

Um aspecto importante que podemos perceber na obra de hooks é a menção da autora à condição da infância e seu compromisso com um projeto social de justiça, que garanta o amor e bem-estar para as crianças.

Em "Tudo sobre Amor", obra de 2000, com tradução publicada em 2021 no Brasil, ao trabalhar esse aspecto ao longo do livro, a pensadora estadunidense se dedica a refletir sobre a relação entre "infância" e "amor", no contexto da sociedade contemporânea, atravessada pelas dimensões do racismo e sexismo.

Partindo do diagnóstico de que há uma "ausência de debate público e de políticas públicas relacionadas à prática do amor [em diálogo com as questões raciais]" (hooks, 2021, p.54), ela busca pensar o amor dentro de uma teoria da ação que atravessa o tema das infâncias, em seus processos de socialização/subjetivação, bem como mecanismos de naturalização das violências raciais, de gênero e classe. Dessa forma, nos parece que hooks coloca a discussão sobre o amor no âmbito da ética: no modo de viver que responde aos dilemas reais cotidianos.

²³ Iremos desenvolver com mais espaço essa noção de "infâncias latentes", no capítulo seguinte.

Para a intelectual, "o amor é o que o amor faz", sendo "tanto uma intenção, quanto uma ação" (p.47). É como se falar em "amar" (verbo) fosse mais coerente do que apenas em "amor" (substantivo). E, para ela, a definição de amor passa pelos ingredientes do "carinho, afeição, reconhecimento, respeito, compromisso e confiança, assim como honestidade e comunicação aberta" (hooks, 2021, p.47). Quando bell hooks faz esse movimento, ela assenta trilhos possíveis para pensarmos também na relação entre a noção de "amor" e nossa capacidade de "agência", bem como nas condições materiais de existência para que esse amor possa de fato existir.

Assim, hooks (2021) postula uma demarcação muito forte de que amor e violência são categorias incompatíveis, ou seja, que não podem conviver juntas. E afirma que "abuso e negligência anulam o amor" (p.64), sentenciando: "a ocorrência do abuso é uma evidência do fracasso da prática amorosa" (p.64).

Nas palavras da autora:

Quando entendemos o amor como a vontade de nutrir o nosso crescimento espiritual e o de outra pessoa, fica claro que não podemos dizer que amamos se somos nocivos ou abusivos. Amor e abuso não podem coexistir. Abuso e negligência são, por definição, opostos a cuidado. (hooks, 2021, p.48)

Ademais, ela relaciona essa violência ao contexto machista:

Em nossa nação [Estados Unidos], uma multidão de pessoas está preocupada com a violência, mas se recusam resolutamente a relacionar essa violência ao pensamento patriarcal ou à dominação masculina. (hooks, 2018, p.78)

Uma violência que está diretamente ligada aos processos de escravização afetando "nossa capacidade de sentir e, conseqüentemente, de amar", bem como a de sermos amados:

O sistema escravocrata e as divisões raciais criaram condições muito difíceis para que os negros nutrissem seu crescimento espiritual. Falo de condições difíceis, não impossíveis. Mas precisamos reconhecer que a opressão e a exploração distorcem e impedem nossa capacidade de amar. (hooks, 2010, s/p)

Ao partirmos desse caminho colocado por bell hooks, discutir sobre infâncias, por uma perspectiva interseccional, nos parece tornar um lugar privilegiado para falarmos sobre a maneira como as relações sociais estão organizadas, na contemporaneidade, significativamente marcadas pela cultura de dominação (hooks, 2019).

Se considerarmos como os atravessamentos de raça, etnia, classe, território, religião, gênero, entre outros marcadores, têm impacto direto nas formas de organização da sociedade, fica explícito que, nas sociedades herdeiras do pensamento filosófico ocidental, fundadas no contexto da Modernidade, a escala de humanidade (Njeri, 2022) é muito específica: o ideal

hegemônico de pessoa é constituído pelo homem branco cishéteropatriarcal sem deficiência burguês de classe média de base religiosa judaico-cristã²⁴ (Noguera, 2021).

É possível percebermos como esses padrões normativos se universalizam e servem de base para os processos de formação, educação e socialização de nossas crianças — reforçando, muitas vezes, estereótipos, estigmas, falsas representações, como no caso dos jovens negros e das mulheres e meninas negras (Nunes, 2022).

Sendo assim, desde criança, já vai se organizando uma formação subjetiva que privilegia certos corpos e desprivilegia outros, do ponto de vista social. Mais do que isso, humaniza algumas existências, enquanto outras, desde cedo, vão vivenciar experiências recorrentes de violência: racismos, sexismos, violações, LGBTQIfobias (no caso de crianças que não se identificam com a orientação padrão hétero) e inúmeras outras desumanizações cotidianas. Quanto mais próximo do padrão de humanidade (Njeri, 2022), maior o direito de viver e existir. Quanto mais distante, maior o nível de desumanização que aquela existência sofre.

Como afirma a professora, pesquisadora e doutora em filosofias africanas Aza Njeri, em seu artigo “O sol da nossa humanidade e a educação pluriversal” (2022), publicado no livro “Pretagonismos” (organizado por Rodrigo França e Jonathan Raymundo): "a educação brasileira parte da perspectiva ocidental [...] para definir o modelo de humanidade, conhecimento, interação social e cultural" (s/p).

Ela cita, então, a escola como exemplo de instituição que diminui a potência solar de nossas crianças e jovens desde a primeira infância, e continua:

Enquanto sociedade, somos educados na perspectiva eurocêntrica universalizadora do Ser e, conseqüentemente, nossas perspectivas de humanidade — inclusive a de nossos educandos — passam a ser negociadas com base no paradigma ocidental, fragilizando todes que não se encaixam na escala de humanidade do Ocidente [...]. A compreensão pluriversal é aquela que entende a pluralidade do existir; dos saberes, olhares e perspectivas; de universos (é multiverso!); de filosofias e histórias; e, principalmente, a pluriversalidade de ética e estética. (Njeri, 2022, s/p.)

Por isso, fica o imperativo em se construir um projeto amoroso para as crianças. Afinal, como nos ensinou bell hooks:

O amor é o que o amor faz, e é nossa responsabilidade dar amor às crianças. Quando as amamos, reconhecemos com nossas próprias ações que elas não são propriedades, que têm direitos — os quais nós respeitamos e garantimos. Sem justiça, não pode haver amor. (hooks, 2021, p.72)

²⁴ “De modo bastante resumido, ocidente está atualmente configurado como uma sociedade capitalista, racista, patriarcal, cisheteronormativa, capacitista, religiosamente monoteísta, baseada na ideologia da tribo eleita.” (Noguera, 2021, s/p.)

CAPÍTULO 3 – COMUNICAÇÃO E POLÍTICA: MUNDO COMUM, ESTÉTICAS DA DIFERENÇA E MEDIATIZAÇÃO

“E ficamos ali conversando até o poente. A velha nos contava os casos do campo. Não se queixava de nenhuma tristeza. Ela já sabia quem mais sofre na guerra é quem não tem serviço de matar. As crianças e as mulheres: essas são quem carrega mais desgraça.”
(Mia Couto) - Terra Sonâmbula, p.184, grifo nosso.

3.1. Aparência(s) e latência(s) frente às diferenças nos contextos afetados pelo projeto moderno

Inicialmente, vamos aqui argumentar como as noções de “aparência” (Arendt, 2007) e “latência” (Gumbrecht, 2010b; 2014), propostas por dois pensadores alemães, podem ser chaves comunicacionais propícias (sob uma visada estética) para observar as múltiplas formas de violência em relação às diferenças (Mafra, 2020) que ocorrem nos contextos políticos contemporâneos afetados pelo projeto moderno – como é o caso das relações que se desenham na sociedade brasileira, território de nossa pesquisa.

Diante das vivências pessoais e comunitárias que enfrentou durante a Segunda Grande Guerra (1939-1945), a pensadora judia alemã Hannah Arendt propõe, filosoficamente, um projeto político-democrático em oposição ao projeto de barbárie do totalitarismo. Para ela, o nazifascismo era um fenômeno inédito que marcadamente vem romper com a tradição do pensamento político ocidental. Por isso, ela se debruça sobre a sociedade moderna em busca de compreender como se deu a produção do evento totalitarista, por meio da observação da cristalização de processos históricos que transcorrem desde a emergência da Modernidade (Telles, 1990; Magalhães, 2009).

Com o interesse de reavaliar a condição da ação política contemporânea, a partir dos anos de 1950, Hannah Arendt se viu na necessidade de buscar no passado a herança que nos foi legada pela tradição política ocidental. É na Grécia clássica que ela encontra a origem da separação entre a vida contemplativa (o saber) e a vida ativa (o fazer), com Platão atribuindo maior valor à primeira em detrimento da segunda, instaurando um novo significado e valor para o mundo compartilhado entre as pessoas, como algo menor diante da real dignidade de ocupação humana: o puro pensamento e o acesso à verdade.

Ao presenciar o julgamento e a condenação de seu mestre Sócrates, Platão encontrou-se em uma situação de desencanto com a pólis democrática grega, procurando outros meios de garantir e fundamentar o poder, em oposição à noção de pluralidade humana vivenciada pela experiência grega da política e pela vivência que Sócrates teve com a prática da filosofia enquanto forma de convívio com os outros cidadãos (Da Silva; Baptista, 2019, p.5)

Assim, é central identificarmos sua ideia de *política*. De acordo com Arendt, a política é um fenômeno que está para além do âmbito institucional, mas que emerge de maneira relacional, em interação com o mundo, com a vida, com os outros humanos (Telles, 1990). Política se dá, portanto, numa dimensão comunicativa. É desse lugar que ela está analisando sua época (a partir das transformações das relações entre as atividades humanas) e, ao mesmo tempo, criticando o projeto moderno.

Pensar em política, para Arendt, é inevitavelmente pensar no contato com a pluralidade, algo intrínseco à existência, pois quem habita o mundo são os seres humanos, com suas diferenças — e não o Humano, universal, geral, abstrato (Magalhães, 2009). Sendo assim, a pluralidade, além de condição de humanidade, é a possibilidade de vida coletiva. A pluralidade humana é a condição básica da ação e da fala, do ato e do discurso. E a diferença (enquanto gesto estético, numa experiência que atravessa o corpo, em dimensão sensível) vai se constituir, então, como a categoria relacional que faz emergir o espaço público.

Nesse quadro, os processos políticos vão ocorrer à medida que os humanos puderem “aparecer” — por isso, dizemos, aqui, de um regime de aparências e visibilidades: “Somos *do mundo*, pertencemos a um mundo comum, um mundo que se apresenta em seus inúmeros aspectos à pluralidade humana, um mundo no qual ser e aparecer coincidem” (Magalhães, 2009, p.1).

A aparência conforma um espaço que é político e é esse espaço público que conecta o mundo comum e as demandas da existência (esfera social), que, pela diferença, são de constante abertura. Um processo que aponta para o aspecto não-natural da política e é realizado pelos humanos, engajados no mundo, por sua própria iniciativa²⁵ — daí a ideia de que vida política é ação. Ação e discurso instituem, então, um espaço *entre* as pessoas, uma esfera comunicacional de existência no mundo comum, lugar de atualização da vida na contemporaneidade (Telles, 1990).

Ao lado da pluralidade, tem-se como princípio fundamental a negociação — o estabelecimento de consensos e acordos —, já que é também pela política que se dá a manutenção do mundo comum (artificial). Sendo necessário que essas pessoas, em seus diversos pontos de vista, possam agir no espaço público e tornar visíveis suas demandas

²⁵ É possível associar (embora sejam de tradições filosóficas distintas) as ideias arendtianas sobre a conexão público-privado enquanto pilar para a autorrealização (Arendt, 2007) às urgências de interconectar nossas demandas privadas e públicas — como bell hooks (2019) afirma no livro “Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra”. Com isso, elas nos convocam à autorreinvenção e nos lembram de que, na contemporaneidade, a urgência de existirmos como sujeitos políticos, no espaço público, é condição para a realização humana.

públicas umas com as outras, numa comunidade que luta por liberdade e justiça social e é capaz de atualizar os sentidos da dignidade humana — processo que vem justamente da possibilidade das diferenças no espaço público. Afinal, “o mundo é sempre o produto do homem, ‘um produto do amor mundi do homem’, e precisa daqueles que começam, dos recém-chegados, e dos que ainda sabem o que significa agir e podem pensar o que estamos fazendo” (Magalhães, 2009, p.12).

Nesse ponto, é possível provocar, a partir das proposições de Judith Butler (2018), o seguinte aspecto: como se dá a questão do reconhecimento, nesse tal mundo comum? Quem tem poder de fala, de voz, de aparecer (isto é, de existir)? Lançando mão da contribuição intelectual de Arendt justamente para criticá-la e expandir seu pensamento, o problema que interessa à Butler é compreender: o que determina a condição de possibilidade do reconhecimento? O que permite o aparecimento de determinados sujeitos e não de outros? Como esses elementos se atravessam para constituir condições de precariedade na materialidade dos corpos e a distribuição do luto público? São questionamentos que podem levar a reflexões futuras²⁶.

A partir disso, seguindo adiante, é válido compreender como a categoria de *latência* (Gumbrecht, 2010b), ao lado da noção de aparência, pode ser igualmente importante para observarmos as formas como a diferença aparece (ou não) no espaço público, afetando comunicacionalmente a política contemporânea.

Na obra “Depois de 1945: Latência como origem do presente”, Hans Ulrich Gumbrecht (2014) apresenta a ideia de que, com o fim da Segunda Grande Guerra, os anos que se seguem ao pós-guerra, de certa forma, desenharam um “*Stimmung*” (palavra advinda do alemão que significa “disposição”, tonalidade afetiva, uma “atmosfera”, “clima”; apropriada por Gumbrecht do pensamento benjaminiano) específico, que ele chama de “latência”. A ideia desenvolvida pelo escritor é como se esse clima “caísse em nosso colo”, viesse e passasse a ser impossível ser indiferente à latência, pois enquanto “o impacto da destruição irreversível dos tempos da guerra desapareceu”, caindo no esquecimento, passa a

²⁶ Se pensarmos também na problematização que pode ser feita sobre a separação entre público e privado na obra arendtiana, bem como a ausência do tema do “colonialismo” em seus textos, vale consultar as potentes produções da pesquisadora Nathalia Silva Carneiro, que tem feito análises em diálogo com referenciais insurgentes (como Denise Ferreira da Silva) para criticar o pensamento de Hannah Arendt. Conferir sua dissertação de mestrado (2018), disponível em:

https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-25092019-133052/publico/2019_NathaliaSilvaCarneiro_VCorrigida.pdf; e um trabalho apresentado na USP (2020), disponível em: [https://sdpscp.fflch.usp.br/sites/sdpscp.fflch.usp.br/files/inline-files/Trabalhos%20completos/Pol%C3%ADticas%20\(anti\)coloniais%20contempor%C3%A2neas%20e%20a%20quest%C3%A3o%20palestina/Nathalia%20Silva%20Carneiro%20-%20Texto%20semin%C3%A1rio%20discente%20X%20.pdf](https://sdpscp.fflch.usp.br/sites/sdpscp.fflch.usp.br/files/inline-files/Trabalhos%20completos/Pol%C3%ADticas%20(anti)coloniais%20contempor%C3%A2neas%20e%20a%20quest%C3%A3o%20palestina/Nathalia%20Silva%20Carneiro%20-%20Texto%20semin%C3%A1rio%20discente%20X%20.pdf).

emergir e se estabelecer rapidamente “um sentimento de latência”: um mundo novo agora quieto, por assim dizer, mas que ainda lida com esse passado na forma de “latência”.

No livro, ele trabalha a hipótese, então, de que esse clima de contenção da metade do século XX não tenha sido apenas alemão, mas também de outros países ao redor do globo (inclusive, o Brasil), nos casos em que a violência fica latente:

Algo como um nervosismo violento irrita os mundos de latência pós-Guerra. Quero usar a palavra alemã “Stimmung” para caracterizar como nós podemos perceber aquilo que caiu em latência. “Stimmung” é normal e corretamente traduzida por “disposição” ou, como uma metáfora, por “clima” e “atmosfera”. O que as metáforas “clima” e “atmosfera” compartilham com a palavra “Stimmung”, cuja raiz alemã é “Stimme” (“voz”, em alemão), é que elas sugerem a presença de um toque material – talvez o mais leve toque material possível – sobre o corpo de quem quer que perceba uma disposição, um clima, uma atmosfera, ou uma “Stimmung”. Tempo, vozes e música todos têm um impacto físico, ainda que invisível sobre nós. É um toque físico que nós associamos com alguns sentimentos “interiores”. Toni Morrison descreveu o lado interior da “disposição” como um paradoxo, isto é, como “ser tocado por dentro”. (Gumbrecht, 2010b, p.313)

Sem tentar fechar o termo – algo que contraria a própria proposta do Gumbrecht com seus “conceitos não-hermenêuticos”, a fim de tornar aberto o movimento de produção do conhecimento nas Ciências Humanas –, podemos definir latência, então, como a presença “de algo que tem ligação direta com um tempo, com um passado e com um espaço” (Silva; Mafra, 2020, p.279), recaindo sobre os nossos corpos. A latência diz de um clima de ameaça, de algo exótico, em estado de clandestinidade, pedindo materialidade:

Por “latência”, quero indicar a situação que o historiador holandês Eelco Runia definiu como “presença”. Runia ilustra seu conceito utilizando o passageiro clandestino como metáfora. Numa situação de latência e, sobretudo na presença de um clandestino, nós estamos certos de que existe algo lá que não conseguimos apreender – e que esse “algo” tem uma articulação material; e, portanto, requer espaço. Obviamente, nós não sabemos onde aquilo que está latente pode estar. Como nós não apenas não sabemos onde o que é latente está, assim como não sabemos o que ou quem é latente, nós não temos garantias de que possamos reconhecê-lo se ele se mostrar. (Gumbrecht, 2010b, p.313)

As latências, contudo, segundo Gumbrecht, nos encorajam a nos aproximar do passado e ressoar, lançando “hipóteses sobre o que o latente pode ser” (Gumbrecht, 2010b, p.313). Esse movimento pode ser feito quando pensamos como a categoria de latência diz de violências que recaem sobre as diferenças, no contexto brasileiro, na contemporaneidade. De acordo com Silva e Mafra (2020):

Uma latência pode ser facilmente compreendida como “algo que não passou” e que se mostra presente nos sentimentos que se referenciam frente a um processo histórico marcado por impossibilidades, violências institucionais e impedimento à emergência de diferenças. Dito por outras palavras, é inegável pensarmos que as diferenças também dizem de passados violentos - de modo que o fenômeno identidade versus diferença trata-se de algo amplo e complexo. (p.280)

Silva e Mafra (2020) vão identificar, nas ocupações secundaristas que eclodiram em 2016, uma experiência pública que revela inúmeros incômodos e são dirigidos ao Estado brasileiro. São indisposições que trazem ao presente aquilo que não pode ser apreendido e está instituído na forma de climas de latências, “um conjunto de passados mal resolvidos, frutos de experiências incompletas e não-explicitas” (Silva; Mafra, 2020, p.279) e dizem de um sofrimento existencial, ligada às diferenças que ficam impedidas de aparecer, no espaço público do Brasil contemporâneo – tensões que se movem, nos contextos organizacionais modernos, para alimentar uma pulverização de latências (Mafra, 2022) e tendem a desatualizar essas diferenças (Marques; Mafra, 2019a), estabelecendo relações que dificultam a ampliação de horizontes comuns, tal como esboçara Arendt. Sendo assim, a noção de latência se apresenta como uma potente chave para analisarmos violências, silenciamentos e não-ditos, “pilhas de passados muitas vezes mal redimidos, mal-ditos e mal recolocados” (Marques; Mafra, 2019a, p.17).

Dessa forma, essas latências parecem apontar para um Estado que, em um contexto democrático, deveria garantir os direitos dos cidadãos, mas opera para reprimir politicamente certas formas sociais e solapar as diferenças no espaço público contemporâneo brasileiro, expressas em elementos como racismo institucional, violências de gênero, tentativa de controle e impedimento às emergências (Silva; Mafra, 2020).

Vale dizer, ainda, que estamos diante do horizonte histórico da modernidade, que é marcado pela ideologia do progresso (Benjamin, 1987; Rangel, 2016), como foi explicado no capítulo anterior. E é justamente essa “disposição latente” que nos deixa com a sensação de que algo está para emergir, mas não vem (Gumbrecht, 2010b, p.315), um misto de expectativas e idealizações projetadas pelo projeto moderno, mas que, de certa forma, não chega, nem se realiza: é a imagem de um futuro que já nasce falido (Silva; Mafra, 2020).

3.2. O fenômeno da midiatização e as infâncias latentes: narrativas em disputa

Nesse item, vamos elucidar a noção de “midiatização” (Braga, 2011; Sodré, 2014a) e localizar como a “ideologia do progresso” (Rangel, 2016), identificada criticamente por Walter Benjamin (1987), opera nos contextos midiatizados contemporâneos para invisibilizar outras formas de infância não-hegemônicas, tais como as infâncias negras, vulnerabilizando existências.

De maneira sucinta, a ideia de *midiatização* é uma discussão bastante atrelada aos processos interacionais, na contemporaneidade. Para Braga (2011), a midiatização é um

fenômeno comunicacional complexo e multifacetado que diz de um modo para compreender como as relações sociais são, historicamente, instituídas e atravessadas por mídias – materialidades e aparatos técnicos que participam de processos de produção e circulação de sentidos. Entretanto, na visão do autor, algo se torna novo em nossas sociedades contemporâneas: a presença dessas materialidades em profusão, a partir de um gesto industrial e tecnologicamente instituído, tonaliza os processos interacionais de uma forma jamais vivenciada antes. Logo, mídiatização é, para além de um uso das mídias, um modo de viver, relacionar e existir socialmente nas/pelas mídias (Braga, 2011).

Outro aspecto marcante dos contextos mídiatizados contemporâneos que emerge com a força do progresso (pelo paradigma ocidental) é o imediatismo, afetando existencialmente nossos cotidianos. Segundo Muniz Sodré (2014b):

O cerne da questão está de fato na “aceleração” da experiência humana. A compressão do espaço pela aceleração do tempo é a razão última de nosso deslocamento global, em que os afetos (emoções, sensações, comoções, sentimentos) emergem com o poder das imagens e dos algoritmos, relegando ao segundo plano a lógica argumentativa das palavras. (s/p.)

Além disso, atrelando e localizando tais dimensões aos processos históricos, esse cenário, numa sociedade cada vez mais mídiatizada – de acordo com Muniz Sodré (2014a) –, emerge como:

[...] um novo ecossistema existencial em que a comunicação equivale a um modo geral de organização. Instalada como um mundo de sistemas interligados de produção, circulação e consumo, a nova ordem sociotécnica fixa-se no ponto histórico do aqui e agora [...] como a continuidade, com dominância financeira e tecnológica, da mercantilização iniciada pelo capitalismo no início da Modernidade ocidental. (p.11)

Quando pensamos na relação entre mídiatização e o tema das infâncias negras, são múltiplas as entradas possíveis. Mas aqui parece oportuno esboçar a compreensão de que pautar as crianças negras nas mídias diz de processos de representação (Hall, 2016) e, por isso, constante disputa de sentidos e identidades, ainda mais se observamos que a criança é um sujeito que não detém os mecanismos tecnoculturais necessários para vocalizar ativamente e operacionalmente suas questões, em seus próprios termos.

Rosemberg e Andrade (2012), ao pesquisar mídia e infância, sem considerar explicitamente o recorte de raça, já haviam sinalizado que o tratamento dado pela mídia a crianças e adolescentes pobres é estigmatizante e configura uma forma de produção ideológica.

Todavia, resgatar a reflexão benjaminiana (anteriormente elucidada) se mostra como um movimento fundamental, pois, num só lance, aponta para uma forte característica do

fenômeno que opera na midiáticação e indica também como a categoria “infância” é mobilizada nos contextos afetados pelo projeto moderno. Portanto, pensar em estéticas da diferença na infância, principalmente ao analisar sua emergência (ou não) em contextos midiaticados, é dar-se conta de uma força pendular sempre em busca por capturar infâncias – o que, na Pesquisa de Iniciação Científica, chamamos de “infância latente”, categoria que, agora, explicaremos melhor.

Um dos movimentos que identificamos em nossas incursões analítico-metodológicas foi justamente como a midiáticação operou para sublimar a tematização da existência da criança de São Mateus, tornando seu corpo latente (Gumbrecht, 2010b).

Ficou explícito que estávamos diante de uma lógica que é marcada pelo *immediatismo* nas redes sociotécnicas (Sodré, 2014b), pelo amplo *alcance social* e pelo *volume de informações* circuladas nas mídias digitais, características que evidenciam um contexto fortemente midiaticado (Braga, 2011), em plena pandemia.

Num quadro como esse, de disputa pela infância, as duas forças principais ou defendiam a todo custo a permanência do feto ou expunham o desejo de visualizar o tio da criança, responsável por estuprá-la e engravidá-la, sendo punido vexatoriamente. Então, como o movimento de um pêndulo, o que percebemos foi a não-emergência dessa diferença: a existência da menina (sua vida, seu corpo violentado, enquanto uma menina negra pobre moradora da periferia de São Mateus que cresceu em uma formação familiar não hegemônica), no seu direito de acesso ao aborto legal.

Embora tenham tido agentes pautando o fato dela ser ainda uma criança de 10 anos, a conclusão foi de que, durante a midiáticação desse caso, com tantas camadas e complexidades, o tema do cuidado à criança (sua proteção, acolhimento) ficou minimizado, isto é, tornado latente.

Portanto, se o clima de latência, para Gumbrecht (2010b), diz de uma disposição/atmosfera em que somos levemente tocados, em nossos corpos, por sua presença material, presença clandestina sobre a qual “nós estamos certos de que existe algo lá que não conseguimos apreender – e que esse ‘algo’ tem uma articulação material; e, portanto, requer espaço” (p.313), a presente pesquisa, com todas suas limitações, se apresenta como uma tentativa de ressoar a voz dessa criança, de presentificar sua trajetória e reterritorializar seu corpo, de maneira que, ao fazer o resgate de sua memória, ela possa, de alguma forma, encontrar mais do que apenas sobrevivida.

CAPÍTULO 4 – “ENTÃO MINHA LUTA É CONSPIRAÇÃO? ENTÃO NÃO EXISTE ESTUPRO DE CRIANÇAS?”: análises e discussão dos resultados

Após as teorizações desenvolvidas nos capítulos anteriores, neste capítulo o objetivo é esboçarmos algumas análises, a partir do que se midiaticizou em torno do caso da criança de São Mateus, sobretudo pelo poder público. Assim, dentre os muitos elementos envolvendo o fenômeno empírico do presente trabalho, selecionamos os indícios ligados aos objetivos deste trabalho (apresentados introdutoriamente) e que fazem referência ao posicionamento especificamente do Poder Executivo, em sua esfera federal – tendo em vista sua parcela de responsabilização no que tange à proteção e ao cuidado de crianças, em especial de meninas negras brasileiras. O propósito foi ressoar algumas vozes, colocar em comunicação, traçar diálogos e construir relações teórico-analíticas (Braga, 2008; Gumbrecht, 2010a), buscando observar os tensionamentos que recaem sobre o corpo daquela criança que emerge, em meio à discussão: uma menina negra, em contexto de pobreza.

A princípio, é preciso pontuar que não houve nenhum registro de qualquer tipo de pronunciamento do Chefe de Estado do país, durante a reverberação desse caso; ou seja, o Presidente da República não fez nenhuma manifestação pública²⁷. Além disso, na mesma semana em que aconteceu toda a repercussão, o vice-presidente Hamilton Mourão deu uma entrevista à BBC News Brasil e, quando perguntado sobre o fato (já no início da conversa), ele visualizou a violência ocorrida como uma questão estritamente legal e se posicionou favorável à realização do aborto. Na oportunidade, sua resposta foi:

São coisas do mundo em que nós estamos vivendo, né. Esse é um crime que foi cometido contra essa criança. O nosso Código Penal é claro, em casos como esse o aborto é mais que necessário, é recomendado. Como é que uma menina de 10 anos de idade vai ter um filho e vai criar um filho? Isso é um absurdo.

Agora, há algumas pessoas que, na sua ânsia da defesa da vida, elas têm que compreender que cada caso é um caso, e este é um caso muito claro onde a lei tem que ser cumprida. Para mim é simples isso aí.²⁸

²⁷ As pesquisadoras Jacqueline Moraes Teixeira e Olivia Alves Barbosa (2022) apontam o seguinte: “Alguns dias depois da polêmica, o presidente Bolsonaro e Damares gravaram juntos uma live em que afirmavam que concentrariam as forças do governo federal no combate à pedofilia, pois este, sim, era um verdadeiro direito humano. Eles não esclarecem o que querem dizer com pedofilia, mas em sua utilização o termo abrange um grande rol de condutas, como, por exemplo, as políticas públicas de governos anteriores que dariam acesso à educação sexual nas escolas e seriam, para Damares e Bolsonaro, formas de facilitar práticas pedófilas. Na live, Damares e Bolsonaro enfrentam tacitamente a polêmica em torno do caso da menina capixaba deslocando a discussão da tentativa de intervenção pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para o combate à pedofilia. Os dois tentavam mostrar que ser favorável ao aborto em casos de estupro significava ser anuente ou fechar os olhos para o estupro de menores. Bolsonaro faz questão de afirmar que os direitos humanos de seu governo são completamente diferentes dos direitos humanos dos governos anteriores. O movimento do argumento reflete uma lógica que precisa ser investigada, pois não há contestação aos direitos humanos, e sim uma reinterpretação deles. Isto é, contesta-se uma interpretação dos direitos humanos e propõe-se outra, concorrente.” (p.102)

²⁸ Entrevista disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53813490>.

Essas foram as únicas falas feitas por parte do Executivo Federal (Presidente ou Vice-Presidente). Portanto, é preciso registrar que toda a mobilização em torno do episódio e suas implicações, pelo que podemos capturar a partir da midiatização do caso, foi liderada pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), por intermédio de pessoas ligadas à pasta – órgão que, teoricamente, é responsável por cuidar de temas como esse, articulando e garantindo a efetividade das políticas de promoção e proteção aos Direitos Humanos no Brasil.

O primeiro indício que destacamos foi a entrevista concedida pela Ministra Damares Alves, no programa “Conversa com Bial”, da Rede Globo – especificamente o trecho (de 11min33s de duração) que compõem a íntegra da entrevista exibida em 17 de setembro de 2020²⁹.



Imagem do vídeo da Entrevista, disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8866986/?s=0s>.

O tópico é introduzido na entrevista a partir da experiência pessoal que Damares viveu de abuso sexual, aos dez anos, e sua tentativa de suicídio, após essa violência. A partir daí, o apresentador pergunta a ela, por meio de comparação, sobre o caso da menina negra estuprada e engravidada, em São Mateus, qual o posicionamento da mesma sobre o caso.

Em sua fala, explicitamente, ela se coloca contra a realização do aborto e afirma discordar do procedimento realizado pelo médico Olímpio Moraes Filho, diretor do Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros (Cisam), em Recife. A proposta da ministra era que a criança esperasse por mais duas semanas para fazer uma cirurgia cesárea de parto antecipado – pois, no programa, ela afirma: “Bial, eu acredito que o que estava no ventre daquela menina era uma criança com quase seis meses de idade e que poderia ter sobrevivido”. E, se o feto não sobrevivesse, pelo menos “teria uma morte digna”.

²⁹ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8866986/?s=0s>.

Contraditório a fala de uma mulher que também foi abusada sexualmente durante a sua infância, que na época foi atravessada emocionalmente, fisicamente e psicologicamente com essa violência, porém quando se trata do corpo e da integridade de outra pessoa, emerge a sua voz punitiva e cerceadora sobre o direito reprodutivo de outra criança. Enquanto representante dos Direitos de Mulheres, sua posição foi desconsiderar a lei e o direito da vítima do abuso sexual, neste caso a menina negra de São Mateus.

Em sua argumentação, Damares traz aspectos mais técnicos, mencionando informações como o tamanho da criança, o peso do feto e detalhes sobre o método utilizado para o procedimento do aborto. Ao citar esses elementos, ela reforça – com alto grau de dramaticidade e, em alguns momentos, fica emocionada – que “essa menina passou por um parto natural de uma criança morta”. Segundo ela, “foi um parto doloroso”, onde “duas crianças sofreram”. Durante a entrevista, porém, o apresentador Pedro Bial contrapõe a fala da ministra dizendo que a criança recebeu anestesia antes do procedimento, por isso ela não sentiu dor.

É possível, aqui, problematizarmos alguns pontos da proposição da chefe do MMFDH. Na entrevista ao Bial, em nenhum momento valores religiosos são citados diretamente, embora seja possível perceber que a base de sustentação do seu pensamento é informada pela lógica monoteísta de “superioridade eurocristã (branca e patriarcal)” (Gonzalez, 1988, p.71). É justamente sua convicção particular de que “aquele feto é uma criança” que legitima e justifica que a sua visão de mundo sobreponha a orientação médica e as instruções da legislação.

Afinal, sobre esse aspecto, vale resgatar que:

Reconhecida como pastora pentecostal, Damares é a primeira ministra desde a fundação do Ministério, ocorrida em 1998, a declarar sua religião e a associá-la a seu engajamento político. Em sua posse, ela afirmou que, se o Estado era laico, a partir de agora ele teria também uma ministra terrivelmente cristã. (TEIXEIRA; BARBOSA, 2022, p.89).

Até que ponto Damares realmente conhecia as dores daquela menina? Será que ela, enquanto mulher branca e todos os marcadores que a diferenciam, a partir do seu olhar, do seu próprio paradigma, sabia o que era melhor para a vida dessa criança?

O que fica evidente é que a alternativa que ela propõe é uma forma de violência, uma apropriação desse corpo, que contraria a vontade da própria criança de retirar o feto (e amparada pela avó), roubando a autonomia desse sujeito de decidir sobre seu corpo, trazendo a ela ainda mais sofrimento.

Damares prescreve uma visão de vigilância dos corpos, fixa a menina num lugar de subalternidade. Um corpo que é privado, mas tornado público, pois é tomado como lugar de depositar as expectativas dela.

Do campo do Direito, as pensadoras Luíza Duque de Martins Silveira e Tatiana Bispo de Lira (2020) fazem a seguinte observação:

Um Estado que em se declarando laico não deveria pautar suas decisões em bases religiosas, bem como não deveria permitir que dogmas, majoritários ou não, ditassem a vida das pessoas. Não se deveria admitir que pautas de grupos religiosos guiassem os condutores da nação, ou interferissem em decisões judiciais quando o assunto são direitos basilares constitucionalmente garantidos. Há uma neutralidade que se impõe. Ou deveria.

Para estes grupos, não são relevantes o enorme sofrimento psíquico suportado pela mulher com uma gestação fruto de estupro, ou carregar um feto com malformação cerebral, evidenciando a coisificação do corpo feminino e que a sua posse numa sociedade patriarcal como a nossa é de todos. (SILVEIRA; LIRA, 2020, p.212)

Portanto, ao tentar impor o aborto, ela está incentivando a manutenção da institucionalização do controle da saúde reprodutiva de mulheres e meninas negras – uma lógica que evoca ao período pós-escravidão, contexto em que a reprodução de mulheres negras e indígenas é controlada e passa a ser desincentivada, como no caso das políticas do Estado que implementaram ações de esterilização forçada dos corpos dessas mulheres: tanto aqui no Brasil (Carneiro, 2005), quanto nos Estados Unidos (Davis, 2016).

Ademais, outro indício importante que deve ser resgatado é a materialidade referente à movimentação feita pela então Ministra da MMFDH, a fim de efetivar este seu posicionamento público.

Ministra Damares Alves agiu para impedir aborto em criança de 10 anos

Enviados da pasta tentaram persuadir conselheiros tutelares e são suspeitos de vazarem nome da vítima



Carolina Vila-Nova

Recorte da Matéria publicada pela Folha de S. Paulo, disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/ministra-damares-alves-agiu-para-impedir-aborto-de-crianca-de-10-anos.shtml>

Segundo uma apuração realizada pelo Jornal Folha de S. Paulo e publicada em 20 de setembro de 2020³⁰, Damares, coordenou uma operação para que a menina fosse

³⁰ Disponível em: encurtador.com.br/adnEQ.

desencorajada a realizar o aborto e optasse por dar à luz ao feto, em um hospital de São Paulo. Como pode-se identificar no tweet abaixo, foi enviada uma equipe para São Mateus com esse propósito: convencê-la a não fazer o aborto, inclusive com assediação de sua avó (a responsável pela guarda da criança). Vale dizer que toda essa articulação envolveu inúmeras instâncias, como Secretarias Municipais locais, Conselho Tutelar, Polícia Civil, juizados e aliados políticos.



Tweet postado no perfil de Damares Alves, disponível em:

https://twitter.com/DamaresAlves/status/1292895812855508992?ref_src=twsrc%5Etfw.

Tratou-se de um conjunto de discursos e ações que estabeleceu uma visão racista e sexista sobre o corpo da criança de São Mateus. É esse paradigma que fez o Ministério ser incapaz de se tornar sensível à existência daquela menina negra a ponto de desumanizá-la, tentando forçá-la a ser “mãe” em condições onde a violação do corpo daquela menina já estava em cena.

Vale ressaltar que, em determinado momento da entrevista com Bial, a ministra afirma que discorda também “de tudo que aconteceu em torno dessa criança”:

Tá tudo errado. Lá trás, aonde nós estávamos, enquanto sociedade, que não vimos os sinais que essa menina mandou, aos seis anos de idade (voz fica embargada). Não é possível que ninguém viu os sinais que essa criança estava mandando. Essa barriga começou a aparecer... Uma barriga não estoura de uma hora pra outra, seis meses. Ninguém viu, Bial... Nós como sociedade, como poder público, nós temos que pedir perdão a esta menina por termos chegado aonde chegamos. Então,

com relação a esse caso específico, ainda tem muitas respostas que precisam ser buscadas, Bial.

Apesar de fazer essa observação e, de certa forma, se implicar com a dimensão do ocorrido – ao tentar sugerir um pedido de perdão coletivo –, é possível percebermos que o movimento feito por Damares não toca as reais dimensões do problema, em seus aspectos estruturais. O olhar que o MMFDH direciona não é capaz de visualizar as dimensões históricas e sociais de raça, gênero, classe, territorialidade que atravessam a problemática (tal qual nos apontam todo o arcabouço dos feminismos negros). Esse órgão não consegue dar conta de perceber a maneira como a violência se inscreve no ambiente familiar, nos contextos sociais marcados pela colonialidade.

Além disso, Damares demonstra ter noção da complexidade da problemática e da recorrência dos casos na cidade (como apresentamos, São Mateus registra, em média, quase um parto a cada mês de meninas de até 14 anos) e também cita exemplos de inúmeras violações de direitos ocorridas em todo o território brasileiro³¹.

Não há uma associação entre o caso e a violência recorrente desse tipo praticada contra mulheres, em que a maior parte das vítimas são, em geral, meninas, pobres e negras. Existe uma disputa, um embate que revela as diversas violências e formas de controle que ainda se materializam na corporeidade de mulheres, sobretudo mulheres negras. Como afirma o pesquisador Saulo Mattos (2021):

É um crime que promove, massivamente, a interrupção da possibilidade de um saudável desenvolvimento psicossocial de mulheres negras. Elas, mais uma vez, vítimas do racismo patriarcal que fundou e continua a reorganizar nossa sociedade. Elas, outra vez, desde a infância, sendo (des) tratadas como mercadoria, tal qual, como lembra Patricia Hill Collins, um ser “totalmente alienado, que está separado de seu corpo e aparentemente não o controla [...]”. (s/p)

Na mesma linha, bell hooks (2018) vai dizer:

Como consequência, mulheres de todas as raças que têm privilégios de classe continuam a ter acesso a abortos seguros – continuam tendo o direito de escolher –, enquanto as mulheres em desvantagem material sofrem. Uma multidão de mulheres pobres e da classe trabalhadora perde acesso ao aborto quando não há subsídio do governo disponível para direitos reprodutivos no sistema de saúde. Mulheres com privilégio de classe não se sentem ameaçadas quando abortos podem ser feitos somente quando se tem muito dinheiro, porque elas ainda podem fazê-los. Mas há uma multidão de mulheres que não tem poder de classe. Mais mulheres do que nunca estão entrando para as estatísticas de pessoas pobres e indigentes. Sem direito a abortos seguros, baratos ou gratuitos, **elas perdem todo o controle sobre o corpo.** (p.43, grifo nosso)

³¹ Em vídeo publicado no Twitter do Ministério também ocorre o mesmo: <https://twitter.com/mdhbrasil/status/1298625011201212416>.

Ao contrário do que se pretende, a solução proposta institucionalmente pelo MMFDH não confrontou a realidade cotidiana que já vitima milhares de pessoas negras e nos parece colaborar para criminalizar e até mesmo culpabilizar a vitimada e sua família pelo ocorrido.

Seguindo adiante nas análises, ficou muito marcante as menções feitas à sua causa de “defesa da infância”. Aqui, contudo, diante da maneira como o caso é abordado, é possível perguntarmos: que infância é essa? Com quais crianças o Ministério está preocupado? A preocupação é com a existência real de meninas e meninos (em especial negros e indígenas), implantando ações concretas de proteção às diferentes formas de violência ou preservar uma visão cristalizada de “infância”, que esse grupo carrega? E ainda mais numa pandemia, quando as condições de vida ficam precarizadas e as crianças sofreram maior exposição a possíveis situações de vulnerabilidade?³²

Como identificamos no percurso de pesquisa anterior (empreendido no Projeto de Iniciação Científica), neste caso, fica evidente uma preocupação simplista com o feto. Os discursos que emergem em torno da mediatização do acontecimento mobilizam uma ideia de infância moderno-ocidental, informada pela ideologia do progresso (Benjamin, 1987; Rangel, 2016). Ao preservar o feto, percebe-se um desejo em reproduzir a noção moderna de infância, incentivando com que a existência da menina fosse atropelada. Nas falas desse grupo, foi possível perceber uma tentativa de ignorar o passado (isto é, o fato de que aquele feto foi fruto de uma violência, de um estupro).

O caminho seria seguir em frente para criar aquela outra “criança”, desconsiderando os traumas que a menina sofreu, sua trajetória e todo o histórico de abusos e desumanizações. Aliás, é importante mencionar que, no vídeo de denúncia que gravou e viralizou³³, Sara Winter traz em mãos um exemplar de plástico de um feto branco: essa é a cor do projeto ocidental de infância (Nunes, 2022).

Nesse dilema, verificamos que a única possibilidade enxergada por Damares e seus apoiadores foi a de preservar o feto – uma saída que vai contribuir, inclusive, para a vigilância, controle e dominação do corpo da menina de São Mateus. Afinal de contas, a maneira como o caso foi tematizado e é disputado por esses “defensores da infância” colabora para colocar a menina em uma condição de “desagência”, tendo em vista o desrespeito ao seu

³² Uma reflexão muito potente em diálogo com essa questão é feita pela pesquisadora e docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina Andréa Pires Rocha, ao demonstrar que “a tragédia provocada pela crise do capital somada a crise de saúde pública e outros elementos agravados pela pandemia da COVID-19 é a persistência e agudização da colonialidade e do racismo que atingem o Brasil ao longo de 500 anos”. Artigo disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/68586>.

³³ Todos os vídeos foram todos retirados da internet, por uma medida judicial, a fim de não expor a criança e seus dados pessoais. A Justiça determinou que o Facebook, Twitter e Google retirassem da internet as publicações.

direito de acesso ao aborto legal e ao seu desejo de retirar o feto e voltar para casa³⁴. A criança é forçada a se alienar da própria experiência, da autonomia sobre si em prol das ações de controle do seu corpo.

Como afirma o artigo 1º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o artigo 117 da Constituição Federal (CF), as práticas de assediação engendradas pelo Ministério e as formas de exposição da menina representam práticas ilegais que negam o direito à proteção integral da criança e do adolescente, nos sentidos físico, sexual, psicológica e em relação à própria imagem – elementos que foram desconsiderados na intervenção do órgão federal³⁵.

Além do mais, vale reforçar que o acesso, por essa criança, ao direito legal para realizar o aborto era constitucional, pois o juiz da Vara da Infância e da Juventude de São Mateus, Antonio Moreira Fernandes, já tinha autorizado o procedimento³⁶.

Também é inevitável mencionar que o arco de mobilizações feministas que se formaram em torno do caso, com o propósito de amparar a criança e defender os seus direitos, foi fundamental para pautar o acontecimento, pela lógica dos direitos humanos, e propor caminhos que minimizassem seu sofrimento³⁷.

Em nenhum momento há referência ao caso como uma questão de “saúde pública” ou uma perspectiva mais integral (ou holística) que também considere outros fatores, no que tange à violência ocorrida. Esse repertório não é mencionado pela ministra. Quando parece esboçar um movimento de tentar visualizar para além do fenômeno específico, ela insinua que existem fatos encobertos, em relação ao caso, que estão sendo investigados pelos órgãos de justiça e que, quando vierem à tona, de certa forma, iriam justificar o seu posicionamento (“*com relação a esse caso específico, ainda tem muitas respostas que precisam ser buscadas, Bial*”). Ou, então, o discurso da ministra fez um gesto que parece culpabilizar as pessoas

³⁴ Aqui, é importante citar a recente articulação em torno do “Estatuto do Nascituro”, nome como é conhecido o Projeto de Lei nº 478/2007 que está em pauta no Congresso Nacional desde 2007, foi reacendido no debate popular nos idos de 2013 e voltou a ser discutido no segundo semestre deste ano. O objetivo da proposta é dificultar ainda mais o acesso ao aborto no país e, se aprovada, impedir interrupções de gravidez em qualquer situação, inclusive em casos de estupro/violência sexual. Os proponentes e principais defensores são os parlamentares da bancada conservadora do Congresso. O texto do PL está disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=443584. Para mais detalhes sobre a discussão, conferir: <https://www.politize.com.br/estatuto-do-nascituro/>.

³⁵ Fonte:

<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/ministra-damares-alves-teria-agido-para-impedir-aborto-de-crianca-de-10-anos-segundo-jornal>.

³⁶ De acordo com informações, disponíveis em:

<https://www.conjur.com.br/2020-ago-16/juiz-es-autoriza-aborto-crianca-dez-anos-vitima-estupro>.

³⁷ Exemplos de manifestações de solidariedade e resistência que emergiram em decorrência do caso:

<https://www.seculodiario.com.br/saude/coletivo-de-mulheres-protesta-contracultura-do-estupro-em-sao-mateus>;
<https://frentelegalizacaoaborto.wordpress.com/2020/08/21/quanto-mais-sofrimento-e-morte-falta-para-nossa-gente-perceber-que-a-criminalizacao-do-aborto-e-expressao-da-violencia-racista-e-sexista-no-brasil/>;
<https://www.geledes.org.br/freira-pastora-e-doutora-quem-sao-as-cristas-a-favor-do-aborto-no-brasil/>.

situadas em torno do cotidiano da menina (“*Não é possível que ninguém viu os sinais que essa criança estava mandando. [...] Uma barriga não estoura de uma hora pra outra, seis meses. Ninguém viu, Bial...*”). Em ambos os casos, o Ministério é desresponsabilizado (no sentido estrutural) pela violência cometida contra a menina negra de São Mateus.

Por fim, é preciso discutir também a maneira como os servidores da pasta se envolveram, durante a midiáticação do caso – conforme foi revelado pelo indício representado pela notícia da Folha de S. Paulo.

Alinne Duarte de Andrade Santana (coordenadora geral de proteção à criança e ao adolescente da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) e Wendel Benevides Matos (coordenador geral da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos), na companhia do então deputado estadual e atual prefeito de Vitória Lorenzo Pazolini, foram responsáveis por ir ao município capixaba convencer a família³⁸.

De acordo com o Ministério Público Estadual, a suspeita é de que, nessa visita, o grupo tenha tido acesso a todos os dados da criança, que, posteriormente, foram divulgados por Sara Giromini, conhecida como Sara Winter, ex-assessora da ministra Damares. Em um vídeo postado no YouTube e que circulou pelas mídias digitais, ela dizia o nome da criança e o nome do hospital onde seria feito o aborto, pedindo que seus seguidores fossem até a porta da instituição no Recife protestar contra a interrupção da gravidez. Essa exposição fez da família alvo de ameaças e pressão, além de tornar o trajeto da criança do Espírito Santo para Pernambuco muito mais penoso, a ponto da criança ter que se esconder no porta malas do veículo para conseguir entrar no hospital³⁹.

Aqui, é fulcral mencionar a maneira como esse acontecimento, especificamente, foi arrastado pela/para a midiáticação, num atravessamento entre ruas e redes (entre os que foram à porta do hospital e os que estavam em suas casas). Ao transpor a visibilidade do caso da esfera privada (como legalmente, deveria ter se mantido) para o espaço público digitalizado, o MMFDH precarizou ainda mais a existência da criança, fazendo com que um universo de possibilidades fosse esgarçado.

³⁸ Em notas publicadas, o MMFDH reafirma sua avaliação de que a legislação e os direitos humanos não foram desrespeitados na conduta da pasta:

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/agosto/nota-sobre-caso-de-abuso-de-sao-mateus-es> (em 17 de agosto de 2020);

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/outubro/relatorio-aponta-rapidez-e-efetividade-de-sistema-na-garantia-de-direitos-de-menina-de-10-anos-gravida-no-es> (em 08 de outubro de 2020).

³⁹ Relatos disponíveis em:

<https://extra.globo.com/noticias/brasil/menina-de-10-anos-entrou-no-hospital-em-porta-malas-de-carro-para-fazer-aborto-legal-apos-estupro-24594211.html>.

Um corpo que é privado, mas que foi tornado público nas redes sociotécnicas, durante a exposição do caso. Um corpo que se de(se)cantou nas arenas dos aparatos sócio-tecnológico-midiatizados. Ou seja, o que ficou evidente é que foram mobilizados elementos comunicacionais, por parte dos representantes do MMFDH, que vulnerabilizaram ainda mais a existência da criança, em sua dignidade.

Se pensarmos a partir da noção de política para Arendt (2007), como construir um mundo comum sem a presença de nossas crianças? Ou, pior, um mundo em que a presença de nossas crianças se dá apenas como latência (Gumbrecht, 2014)?

Sendo assim, a partir de nosso caso de situação comunicativa, a midiáticação pode ser entendida como um fenômeno de captura, capaz de tornar crianças – em seus processos de infância – latentes. Especificamente, o que esse aspecto revela é que a digitalização e conectividade produzidas pelas tecnologias eletrônicas contribuíram para um atrofiamento do espaço público.

É o retrato de um esvaziamento político, no sentido arendtiano; como se as lógicas das redes (bolhas, algoritmos) tivessem virtualizado a experiência do comum. Pois, como afirmou Telles (1990), “Antes de mais nada, a dissolução desse espaço público significa a perda de um ‘mundo comum’” (p.4).

Ao invés da produção do comum, o que apareceu foi a impossibilidade de uma existência, em sua diferença, esgarçando o vínculo da coletividade: o comum (Sodré, 2014a) não se realiza⁴⁰. Pois a preocupação com a dignidade existencial da menina que foi violentada ficou, então, totalmente negligenciada, num caso de tamanha exposição.

Um espaço público atravessado esteticamente pela ideologia do progresso, que tem sido amplamente revisitada, na contemporaneidade, por meio das diferenças. nos períodos contemporâneos – exercendo uma tentativa de atrofiamento democrático (Mafrá; Marques, 2019a), pelas instituições modernas, tonalizada por um gesto de desatualização das diferenças, em nosso caso, as infâncias negras.

⁴⁰ Nesse cenário, é válido resgatar também a ideia de Comunicação para Muniz Sodré (2014a). De acordo com ele, a preocupação do campo comunicacional, enquanto ciência, é se debruçar sobre a organização do comum, isto é, referente às formas de mediações simbólicas interacionais que se constituem socialmente, a maneira como humanos se *vinculam* coletivamente (entre humanos e não-humanos) – levando em conta, principalmente, a dimensão sensível envolvida nesses processos. Tomando, então, a comunicação (*communicatio*) não como transmissão de informações, nem como diálogo verbal, mas sim como “uma forma modeladora (organização de trocas reais) e um processo (ação) de pôr diferenças em comum” (Sodré, 2014a, p.146), extensivo a toda relação humana. Até porque, em diálogo com Gumbrecht (2010a), a comunicação emerge, por uma visada estética, não só no/com sentidos, mas também a partir dos efeitos de presença – isto é, “a comunicação, que preside à organização da trocas, não se resolve no significado” (Sodré, 2014a, p.197): para se realizar ela demanda pela presentificação no/com/pelo corpo.

Logo, o que nos parece é que o Estado, através das práticas e discursos do MMFDH, colabora para uma biopolítica de morte, ao demonstrar preocupação apenas com o feto e se desresponsabilizar com a criança viva que está ali, com seu corpo, com sua existência – como se fosse uma forma, sim, de “deixar morrer” (Carneiro, 2005). A mesma lógica que defende a criminalização do aborto, pois, assim, a morte de mulheres pobres e negras⁴¹ acontece de maneira clandestina, em clínicas insalubres, por estar às margens das políticas públicas do Estado, longe dos olhos, com indiferença e insensibilização:

Nessa biopolítica, gênero e raça articulam-se produzindo efeitos específicos, ou definindo perfis específicos para o "deixar viver e deixar morrer". No que diz respeito ao gênero feminino, evidencia-se a ênfase em **tecnologias de controle sobre a reprodução**, as quais se apresentam de maneira diferenciada segundo a racialidade. (Carneiro, 2005, p.72, grifo nosso)

É, portanto, esse dispositivo de racialidade que faz com que a menina negra e pobre seja colocada num lugar de subordinação racial (posição estática, impossibilitada de se movimentar) e seja inscrita no signo de morte sobre seu corpo.

Todos esses aspectos apresentados aqui, em nossas análises, não estão desconectados das políticas recentes efetivadas por parte do Governo Federal, se relacionando com o incentivo ao armamento da população, com o encarceramento em massa, o extermínio de jovens e crianças negras pela ação policial, ações de desassistência social, desmonte do SUS, entre outras formas de atuação. Pois falar em justiça reprodutiva é também tocar nessas dimensões que estão imbricadas. É garantir bem-viver e saúde plena, em todos os sentidos, para a população negra e os povos indígenas.

⁴¹ Uma pauta do movimento feminista é discutir, na agenda de saúde pública coletiva, a descriminalização do aborto, levando em conta que a penalização vigente expõe as mulheres, sobretudo as negras e pobres: as pesquisas mais recentes, do contexto brasileiro, indicam “que o aborto é um fenômeno frequente e persistente entre as mulheres de todas as classes sociais, grupos raciais, níveis educacionais e religiões: em 2016, quase 1 em cada 5 mulheres, aos 40 anos já realizou, pelo menos, um aborto” (Diniz; Medeiros; Madeiro, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como afirmamos no início do trabalho, nossa pretensão não foi elaborar um estudo em definitivo, nem esgotar o tema. São múltiplas as possibilidades de leitura deste acontecimento tão complexo e sensível e nosso objetivo foi compartilhar alguns caminhos teórico-analítico-reflexivos que trilhamos, nos últimos meses, buscando escutar a voz da sujeita-protagonista desse esforço de pesquisa, em diálogo com nosso lugar social, a fim de compreender de que modo as dimensões de raça e gênero atravessaram os fluxos midiáticos relacionados ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, um órgão do Estado, no que tange ao caso da criança de São Mateus.

Ao longo dos capítulos, buscamos analisar e localizar ético-politicamente, por meio do paradigma indiciário e com a contribuição teórica dos feminismos negros, como as culturas de dominação (hooks, 2019) e a noção de “Justiça Reprodutiva” (mobilizada pela ONG Criola) foram chaves importantes para analisar o acontecimento e revelar a presença do racismo capitalista cisheteropatriarcal em nossa sociedade – tanto nas noções de infância que se formam, a partir da Modernidade (a emergência de uma ideia de infância que culmina para a invisibilização de vivências não-hegemônicas de infâncias), quanto nas múltiplas formas de violência em relação às diferenças que ocorrem nos contextos políticos contemporâneos afetados pelo projeto moderno (como é o caso das relações que se desenham na sociedade brasileira), sobretudo corpos de mulheres negras.

Além disso, buscamos elucidar como a midiáticação (Braga, 2011) é um fenômeno contemporâneo necessário de ser discutido e abordamos como a “ideologia do progresso” também opera nos contextos midiáticos atuais para invisibilizar essas outras formas de infância, entre as quais as infâncias negras.

Sendo assim, fazendo um tensionamento entre os indícios levantados em torno da midiáticação deste caso e os fundamentos teóricos, com o propósito de produzir inferências, foi possível analisar que a maneira como a criança foi tratada pelas autoridades (no imbricamento entre as interseccionalidades de raça e gênero) desvela as entranhas do pensamento moderno/colonial presente no seio de nossa sociedade, bem como a herança dos processos escravagistas nas relações sociais. Tendo em vista essa dimensão em que ela foi exposta, aviltada e desumanizada. Ademais, os discursos partem de uma dimensão racializada e de controle sobre a corporeidade de mulheres negras e seus direitos reprodutivos.

Em seguida, a partir de nossa pesquisa, foi possível identificar como os projetos de infância, relacionados à existência meninas negras e em contextos de pobreza, são afetadas e

capturadas pelo pensamento supremacista branco patriarcal capitalista e imperialista (hooks, 2019) – aspecto que foi mobilizado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, um órgão do Estado, que tem legitimidade institucional, liderando uma articulação entre diversas instâncias e esferas (do federal ao municipal) para precarizar a existência dessa criança.

Por último, partimos do pressuposto de que a mediação do caso da menina negra de São Mateus trouxe à tona a dimensão de sua infância roubada, capturada (o que, nos termos de nosso referencial teórico, chamamos de infância latente), algo que infelizmente atravessa a possibilidade de existência de outras infâncias, sobretudo negras, no Brasil.

Assim, foi possível compreender que, de certa forma, os arranjos tecnoculturais das mídias corroboraram para a captura da infância dessa menina e culminaram o processo de anulação: impondo-lhe a morte social. É possível afirmar que o Ministério se recusou a ver essa criança como sujeito de direitos, pois nega todo o aparato político e jurídico que se construiu a fim de proteger e preservar a dignidade dessa menina.

Ficou explícito como a mediação operou para formar ambientes relacionais que vulnerabilizaram ainda mais a vida dela, considerando que as redes sociotécnicas estabelecidas em torno do caso favoreceram para que seus dados pessoais fossem expostos (nas redes de desinformação); seu trajeto fosse precarizado; e sua humanidade fosse, mais uma vez, solapada. Além de sofrer inúmeras violações em todo o processo, ela e sua família passaram a fazer parte do Programa de Proteção às Vítimas da Violência (oferecido pelo governo do Espírito Santo), tendo que mudar de identidade e endereço. Tudo isso em plena pandemia, em meio a um contexto de isolamento físico.

Portanto, por meio de seus discursos e práticas, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, comunicacionalmente, reforçou a institucionalização de uma cultura racista cispatriarcal imperialista (hooks, 2019) e produziu condições de morte (Carneiro, 2005).

Finalmente, gostaríamos de sugerir que uma contribuição que este trabalho parece possibilitar foi a de desvelar, pela Comunicação, a forma como os projetos de comum que são partilhados nas relações sociais brasileiras – em seus atravessamentos assimétricos entre as forças do Estado e o cotidiano da sociedade – apontam para uma realidade que faz com que as meninas negras sejam desde cedo expostas às formas de violência do racismo e do patriarcado, em suas múltiplas camadas de desumanização.

Como muitas autoras já têm apontado (Carrera, 2021; Guimarães Corrêa; Guimarães-Silva; Bernardes; Furtado, 2018; Oliveira, 2020; 2021), diversas possibilidades

outras de chaves de leitura no campo da Comunicação podem ser desenvolvidas, abrangendo as propostas decoloniais, as análises interseccionais, perspectivas não-ocidentais e contribuições críticas, entre outros procedimentos teóricos e metodológicos que procurem não perpetuar a violência provocada pela colonialidade em nossos corpos e existências, a saber dos povos africanos e indígenas, em nosso país: reivindicando melhores condições de vida para os povos afro-pindorâmicos (Santos, 2015), os amefricanos (Gonzalez, 1988), populações que buscam há mais de 500 anos encontrar formas de sobreviver, habitar e (re)existir, neste território.

Me pego pensando nos privilégios que ocupo e em como é preciso que, cotidianamente, manejemos nossos privilégios de gênero, raça, classe, sexualidade, corpo, pertença religiosa, localização territorial, entre outros marcadores que nos permitem maior movimentação nas avenidas identitárias (Akotirene, 2019). Um convite muito bonito no papel, mas que, na fricção com as tensões da realidade, se apresenta como um gesto bastante desafiador.

Que nós, homens negros, caminhemos ao lado das mulheres negras, encontrando alternativas e construindo estratégias, capazes de produzir horizontes de maior justiça social e bem-viver para toda a comunidade. Enfim, ainda há muito a trilharmos... E precisamos seguir. Pois como afirma minha conterrânea Elisa Lucinda, numa frase que me acompanha já há algum tempo e representa muito para mim: *“Minha esperança é imortal! Sei que não dá pra mudar o começo; mas, se a gente quiser, vai dar pra mudar o final!”*.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polén, 2019.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Jandira, 2020.
- ARENDT, Hannah. As esferas pública e privada. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- Ariès, P. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- ARRAES, Jarid. **Heroínas Negras Brasileiras em 15 Cordéis**. Ed. Pólen, 2017.
- BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.
- BORGES, Rosane. Relações de gênero: tensões entre o público e o privado. In: Nair Prata; Sonia Caldas Pessoa. (Org.). **Desigualdades, gêneros e comunicação**. 1ed. São Paulo: Intercom, 2019, v. 1, p. 107-113. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/ebooks/arquivos/ebook_desigualdades_251019.pdf>. Acesso em: 12 out. 2021.
- BRAGA, José Luiz. Comunicação, disciplina indiciária. **Matrizes**: São Paulo, v. 1, n. 2, p. 73-88, 2008.
- BRAGA, José Luiz. Constituição do Campo da Comunicação. **Verso e Reverso**, XXV(58):62- 77, janeiro-abril 2011.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa da assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas**: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- CARNEIRO. Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em:<<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>>.
- CARRERA, F. Roleta interseccional: proposta metodológica para análises em Comunicação. **E-Compós**, v. 24, 2021. Disponível em: <<https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2198>>. Acesso em: 20 nov. 2022.
- DA SILVA, V. R. C.; DO NASCIMENTO, WANDERSON FLOR. Para além das oposições binárias: Oposicionalidade, afetabilidade e subjetividade negra radical em bell hooks. **Abatirá - Revista de Ciências Humanas e Linguagens**, v. 3, n. 5, p. 380-402, jun. 2022.

DA SILVA, Vinícius Rodrigues Costa; BAPTISTA, Marlon Tomazella. A crítica de Hannah Arendt à filosofia política de Platão. **Revista Brasileira de Iniciação Científica**, v. 6, n. 7, p. 3-17, jun. 2019. Disponível em:

<<https://periodicos.itp.ifsp.edu.br/index.php/IC/article/view/1380>>. Acesso em: 05 jun. 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEALDINA, Selma dos Santos (org.). **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Sueli Carneiro, Jandaíra, 2020.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2017, v. 22, n. 2 [Acessado 26 Junho 2022] , pp. 653-660. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232017222.23812016>>.

DORETTO, J.; COSTA, R. O mundo da infância e a infância no mundo: vozes de crianças nas revistas brasileiras Veja e Época. **RuMoRes**, v. 6, n. 12, p. 146-169, 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/55298>>. Acesso em: 15 set. 2022.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUfba, 2008.

FERREIRA DA SILVA, Denise; OTOCH, J. N. Em estado bruto. **ARS** (São Paulo), v. 17, n. 36, p. 45-56, 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ars/article/view/158811>>. Acesso em: 7 jul. 2022.

GARCIA, Maria Fernanda. **A Princesa de Angola escravizada no Brasil que lutou por seu Povo**. História, 2018. Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/a-princesa-de-angola-escravizada-no-brasilque-luto-u-por-seu-povo/>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

GINZBURG, Carlo. **Sinais: raízes de um paradigma indiciário**. In: Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 92/93, (jan./jun.) 1988.

GUIMARÃES CORRÊA, L.; GUIMARÃES-SILVA, P.; BERNARDES, M.; FURTADO, L. Entre o interacional e o interseccional: Contribuições teórico-conceituais das intelectuais negras para pensar a comunicação. **Revista Eco-Pós**, v. 21, n. 3, p. 147-169, 2018. Disponível em: <https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/20198>. Acesso em: 20 nov. 2022.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Depois de 1945: latência como origem do presente**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de Presença: o que o sentido não consegue transmitir**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed-Puc Rio, 2010a.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Serenidade, presença e poesia**. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2016.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Uma rápida emergência do "clima de latência"**. Topoi (Rio de Janeiro), v. 11, n. 21, p. 303-317, 2010b.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Org. e rev. téc. Arthur Ituassu. Trad. Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuri, 2016.

HILLESHEIM, Betina; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. De que infância nos fala a psicologia do desenvolvimento?: Algumas reflexões. **Psicol. educ.**, São Paulo, n. 25, p. 75-92, dez. 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752007000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 set. 2022.

HOOKS, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Tradução de Cátia Bocaiuva. Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, bell. **Não sou eu uma mulher?: Mulheres negras e feminismo**, v. 1, 1981. Tradução livre para a Plataforma Gueto. Janeiro 2014.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução: Ana Luiza Libâneo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. São Paulo: Elefante, 2021.

HOOKS, bell. **Vivendo de Amor**. Portal Geledés, São Paulo, 9 mar. 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor>. Acesso em: 20 set. 2022.

MAFRA, Rennan Lanna Martins. As organizações modernas e o contemporâneo: notas para uma leitura comunicacional do presente. **Logos**, v. 28, n. 3, p. 89, fev. 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/62436>.

MAFRA, Rennan Lanna Martins. Diferença como presença: corpo-acontecimento e contemporaneidade. In: Denise Prado; Frederico Tavares; Michele Tavares. (Orgs.). **Mídia, Tempo e Interações Sociais: conceitos em circulação**. 1. ed. Belo Horizonte: Selo PPGCom/UFMG, 2020. v. 1, p. 115-136.

MAFRA, Rennan; MARQUES, Ângela. **Organizações, modernidade e democracia na América Latina: diferenças desatualizadas e climas de estagnação**. XXVIII Encontro Anual da Compós, PUC do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, PUCRS, p. 1-20, 2019a.

MAFRA, Rennan; MARQUES, Ângela. **Direitos humanos, organizações emergências: tensões entre diferenças e ideologia do progresso**. Comunicação e direitos humanos. Organizadores: Ângela Cristina Salgueiro Marques; Daniel Reis Silva; Fábila Pereira Lima. Belo Horizonte: Selo PPGCom/UFMG, p. 115-134, 2019b.

MAGALHÃES, Theresa Calvet de. **Somos do mundo e não apenas no mundo**. In: CORREIA, Adriano; NASCIMENTO, Mariângela (orgs.). Hannah Arendt - Entre o Passado e o Futuro, Juiz de Fora, UFJF, 2009, p. 73-88.

MATTOS, Saulo. **Pequeninas, sexualmente exploradas, quase todas negras!** Coluna - Olhares Interseccionais (Site Migalhas). 2021. Disponível em:

<<https://www.migalhas.com.br/coluna/olhares-interseccionais/343320/pequeninas-sexualmente-exploradas-quase-todas-negras>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

MORICEAU, Jean-Luc. A virada afetiva como ética: nos passos de Alphonso Lingis. In: PESSOA, Sônia; PRATA, Nair (orgs.). **Desigualdades, gêneros e comunicação**. Congresso Intercom, 2019, p.41-49.

NJERI, Aza. **O sol da nossa humanidade e a educação pluriversal**. In: Pretagonismos. Rodrigo França; Jonathan Raymundo (Orgs.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2022.

NJERI, Aza. Reflexões artístico-filosóficas sobre a humanidade negra. In.: **Ítaca**. Especial Filosofia Africana. n. 36. Rio de Janeiro, UFRJ, 2020. p.164-226.

NJERI, Aza; RIBEIRO, Katiúscia. Mulherismo africana: práticas na diáspora brasileira. In: **Currículo sem Fronteiras**. v. 19. n. 2, p. 595-608, maio/ago. 2019.

NOGUERA, Renato. **O ocidente, o mal-estar da cultura e o amor sob suspeita**. 2021. Blog Coletivo Indra. Disponível em: <<https://coletivoindra.org/blog-opiniao/o-ocidente-o-mal-estar-da-cultura-e-o-amor-sob-suspeita/28/4/2021>>. Acesso em: 07 jul. 2022.

NUNES, Míghian Danae Ferreira. **Enfrentamento do Racismo na Primeira Infância**. Portal Geledés, jun. 2022. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2022/06/Infancia-negra-uma-reconstrucao-necessaria.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2022.

OLIVEIRA, Luciana de; FIGUEROA, Júlio Vitorino; ALTIVO, Bárbara Regina. Pensar a comunicação intermundos: fóruns cosmopolíticos e diálogos intepistêmicos. **Galáxia** (São Paulo) [online], n. 46, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-2553202147910>>. Acesso em: 01 dez. 2022.

OLIVEIRA, Luciana. Ensaio Visual - Contracolonizar a memória Guarani-Kaiowá. **Logos**, v. 27, n. 3, 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/54384/36814>>. Acesso em: 01 dez. 2022.

OLIVEIRA, M. V. F. DE; EUCLIDES, M. S. **Pode uma artista negra dialogar intelectualmente com sua arte? : Beyoncé e as dimensões ética-estéticas e intelectuais da arte**. Abatirá - Revista de Ciências Humanas e Linguagens, v. 3, n. 5, p. 403-425, jun. 2022.

RANGEL, M. de M. Melancolia e história em Walter Benjamin. **Ensaios Filosóficos**, v. 19, p. 126-137, 2016.

RIOS, Flavia; LIMA, Marcia (orgs.). Lélia Gonzalez. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

ROCHA, Caio Brasil; CABRAL, Muniz Sodré de Araújo (orientador). **Mortes Menores**: categorias de classificação da infância no jornal extra. 2021. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Capítulo. 1. Disponível em:

<http://www.pos.eco.ufrj.br/site/download.php?arquivo=upload/disserta_crocha_2021.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

ROSEMBERG, F.; ANDRADE, M. P. Infância na mídia brasileira e ideologia. In JACÓ-VILELA, AM., and SATO, L., orgs. **Diálogos em psicologia social** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 285-307. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/vfgfh/pdf/jaco-9788579820601-19.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2022.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, Quilombo: modos e significados**. Brasília: INCTI; UnB; INCT; CNPq; MCTI, 2015.

SANTUS, Silvana. **De meninas sem modos a donzelas de bons costumes: escravidão e infância na província capixaba, 1869-1888**. Dissertação (Mestrado em História) - UNIVERSIDADE DE VASSOURAS. 2013.

SILVA, João Luiz P. ; MAFRA, Rennan Lanna Martins . A emergência de latências no Youtube: a experiência pública das ocupações secundaristas no Brasil. In: Herneck, Heloisa Raimunda; Santos, Silvana Claudia dos; Deross, Caio Corrêa. (Org.). **Experiências, narrativas e histórias: percursos pós-críticos nas pesquisas educacionais**. 1ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2020, v. 1, p. 276-298.

SILVEIRA, Luíza Duque de Martins; LIRA, Tatiana Bispo de. O caso da menina de São Mateus: análises interseccionais da violência contra a mulher em tempos de pandemia. **METAXY: Revista Brasileira de Cultura e Políticas em Direitos Humanos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p.205-219, jan./jun. 2020.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum: Notas para o método comunicacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014a.

SODRÉ, Muniz. **Liberdade de viver no espelho**. 2014b. Observatório da Imprensa. Disponível em:

<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/_ed830_liberdade_de_viver_no_espelho/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SODRÉ, Muniz. **Pensar nagô**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

TEIXEIRA, Jacqueline Moraes; BARBOSA, Olivia Alves. A MULHER E A FAMÍLIA: AGENDAS PENTECOSTAIS NA DISPUTA PELA GRAMÁTICA DOS DIREITOS HUMANOS. **(SYN)THESIS (RIO DE JANEIRO)**, v. 15, p. 89-105, 2022.

TELLES, Vera da S. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. **Tempo Social; Rev. Social. USP, S. Paulo**, v.1, 1990.

VEIGA, Lucas. As diásporas da bixa preta: sobre ser negro e gay no Brasil. **Revista Tabuleiro de Letras**, Salvador, v. 12, n. 01, p. 77-87, 2018.

WERNECK, Jurema. **Nossos passos vêm de longe!** Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo In: Vents d'Est, vents d'Ouest: Mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux. Genève: Graduate Institute Publications, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/books.iheid.6316>>.